

RELATÓRIO DE GESTÃO 2021



**Companhia Integrada
de Desenvolvimento Agrícola
de Santa Catarina**



GOVERNO DE 
SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA
AGRICULTURA, DA PESCA E
DO DESENVOLVIMENTO RURAL

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Carlos Moisés da Silva

VICE-GOVERNADOR

Daniela Cristina Reinehr

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DA PESCA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL

SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA, DA PESCA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Ricardo Miotto Ternus

COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA

PRESIDENTE

Junior Kunz

DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Jean Fabrício Moraes

DIRETOR DE DEFESA AGROPECUÁRIA

Diego Torres Severo

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Marcos Roberto Pacheco

IDENTIFICAÇÃO E DADOS GERAIS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 440022

Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina

A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina, Empresa Pública, criada a mais de 40 anos é a principal responsável por executar ações de sanidade animal e vegetal. Atua também na preservação da saúde pública e promoção do agronegócio e desenvolvimento sustentável de Santa Catarina. Suas atividades são divididas em três principais áreas técnicas, a Defesa Sanitária Animal, Defesa Sanitária Vegetal e Inspeção de Produtos Animais.

ELABORAÇÃO

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO

GESTORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO

Maria Eduarda da Conceição Martins

APOIO

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA CIDASC

DIAGRAMAÇÃO

Mariana Lopes Gonçalves

Informações

Departamento Estadual de Planejamento

E-mail: depla@cidasc.sc.gov.br

Telefone: (48) 3665-7027

End.: Rod. Admar Gonzaga, 1347, Itacorubi, 88034-901 - Florianópolis - SC

SUMÁRIO

O LEGADO DE PLINIO DE CASTRO.....	4
IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA CIDASC.....	6
Identificação da Unidade	6
Rol de Responsáveis no ano de 2021	8
Competências Institucionais.....	20
Organograma.....	21
Principais Resultados.....	22
Indicadores De Governo.....	29
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	33
Identidade Institucional.....	34
Objetivos Estratégicos.....	34
Partes Interessadas.....	34
Principais parceiros.....	34
Principais Processos Finalísticos.....	35
Principais Processos de Apoio.....	49
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIDADE GESTORA.....	51
Programas do Plano Plurianual – Exercício 2021.....	52
Despesa por Programa - Exercício 2021.....	54
Recursos Aplicados por Grupo de Natureza de Despesa - Execução 2018 a 2021.....	55
Avaliação dos Programas - Execução 2021.....	57
Contingenciamento de Despesas - Exercício 2021.....	59
ACOMPANHAMENTO FÍSICO FINANCEIRO.....	61
Execução Física E Financeira Do Plano Plurianual Em 2021.....	62
Objetos De Execução Atividades Executadas Em 2021.....	62
GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA...63	
Composição Do Quadro De Servidores Ativos.....	64
Política De Capacitação E Treinamento De Pessoal.....	66
Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humano.....	66
Quadro De Pessoal Da Unidade Gestora – Mensal – Valores.....	67
Quadro De Pessoal Da Unidade Gestora – Mensal – Quantidade.....	68
Demonstrativo De Postos De Trabalho Na Unidade Gestora Por Meio De Contratos De Terceirização De Serviços.....	69
Remuneração Anual Paga A Membros De Diretoria, Conselho De Administração, Conselho Fiscal Da Unidade Gestora	70
GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA.....	71
Bens Móveis.....	73
Bens Imóveis.....	73
GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	74
Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	75
Deget – Departamento Estadual De Gestão Da Tecnologia.....	75
Setel - Supervisão De Infraestrutura De Redes E Telecomunicações.....	78
Disis - Divisão De Desenvolvimento De Sistemas.....	78
Sesti – Supervisão De Suporte Em Tecnologia Da Informação...81	
LICITAÇÕES E CONTRATOS.....	82
Valores Anuais De Licitações E Contratos Por Modalidade	83
Órgão De Imprensa Oficial.....	83
CONTROLE INTERNO.....	84
Recomendações Expedidas Em 2021.....	85
OUIDORIA	86

O LEGADO DE PLINIO DE CASTRO

Os resultados apresentados neste relatório foram alcançados na gestão de Antonio Plinio de Castro, falecido em 29 de janeiro de 2022, durante o exercício da presidência da empresa. É necessário destacar que o fortalecimento da Cidasc em 2021 é fruto da liderança do Presidente em consonância com a dedicação dos profissionais da Companhia.

Nascido em Palmeira das Missões (RS) em 29 de julho de 1961, Plinio viveu em Santa Catarina desde 1984 e desenvolveu uma sólida carreira pública antes de tomar posse como Presidente da Cidasc em 15 de fevereiro de 2021.

A Gestão de Plinio de Castro foi ativa desde os primeiros dias e não se restringiu à Sede da Companhia. Isso porque sua rotina de trabalho foi voltada à visita aos Escritórios locais e postos de fiscalização da Cidasc, a produtores, agroindústrias e cooperativas, o que permitiu acompanhar de perto a realidade das cadeias produtivas e dos trabalhos desenvolvidos pela equipe técnica comandada por ele.

Durante o último ano o parque tecnológico da Cidasc foi modernizado e atualizado com a entrega de equipamentos de informática utilizados pelos colaboradores e a implementação do Conecta Cidasc, sistema que permite a coleta de dados pelas equipes em campo e uma análise mais ágil das informações para tomada de decisão.

A gestão de Plinio de Castro buscou valorizar os diferentes serviços prestados à sociedade: os postos de fiscalização agropecuária, que controlam a entrada de produtos de origem animal e vegetal no Estado; as ações de defesa vegetal e animal, que buscam evitar o ingresso e fazer o controle de pragas e doenças nocivas à produção e à saúde humana; e a inspeção sanitária de produtos de origem animal, fundamental para garantir a oferta de alimentos de qualidade e seguros ao consumo.

Plinio de Castro foi um incentivador da adesão das agroindústrias ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SISBI/POA, cuja vistoria é realizada pela Cidasc, obtendo um aumento de cerca de 40% no número de empresas registradas e, portanto, aptas a comercializarem produtos catarinenses em todo Brasil. Outro bom resultado foi a marca de 1830 propriedades certificadas como livres de brucelose e tuberculose.



A relação interinstitucional também foi aprimorada, com a assinatura de acordo de cooperação com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – CREA/SC - para estabelecer mecanismos de cooperação visando o fortalecimento das ações de defesa agropecuária. Naquele momento, o presidente Plínio ressaltou: “queremos unir as forças das duas entidades e fazer um excelente trabalho em conjunto, com o objetivo final de trazer ainda benefícios para os produtores e toda a sociedade catarinense”. Da mesma forma, ele buscou estreitar a relação da Cidasc com outras entidades ligadas ao agronegócio e à agricultura familiar, como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc), a Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina (Faesc), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Federação das Cooperativas Agropecuárias de Santa Catarina (Fecoagro).

Outra linha de ação que recebeu o devido reconhecimento foi a educação sanitária. O próprio presidente acompanhou a assinatura de alguns termos de adesão de escolas ao projeto Sanitarista Junior, que desde 2015 leva temas relativos à defesa agropecuária aos estudantes de nível fundamental e em seis anos beneficiou mais de 14 mil alunos.

A gestão Plínio de Castro ficará marcada pelo maior programa de investimentos da história da Companhia. Desde o final de 2021 e início de 2022 estão sendo aplicados R\$ 30 milhões em modernização de equipamentos, renovação de frotas e readequação de setores com novos mobiliários. Boa parte dos investimentos já foram iniciados em 2021 e estão em fase de conclusão até o primeiro semestre de 2022. Um investimento importante para o avanço dos programas de defesa agropecuária executados pela Cidasc.

Plínio de Castro conquistou o respeito dos colaboradores da Cidasc por seu estilo de liderança, pelo incentivo ao trabalho e pelo empenho em projetar o bom nome da Companhia. Guardamos na memória sua manifestação em um dos últimos eventos oficiais de que participou: “A Cidasc tem a responsabilidade de manter esse elevado padrão sanitário que Santa Catarina conquistou, tanto na área animal quanto vegetal. Queremos que nossa empresa cresça bem estruturada, oferecendo boas condições na área de tecnologia, de infraestrutura, para cumprir seu papel com eficiência.”



IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA Cidasc

Identificação da Unidade

A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – Cidasc é empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, com sede e foro em Florianópolis e atuação em todo o estado de Santa Catarina.

CNPJ	83.807.586/0001-28
Endereço:	Rodovia Admar Gonzaga, 1588 – Itacorubi – 88034-001 – Florianópolis - SC
Telefone:	(48) 3665-7000
Site:	www.cidasc.sc.gov.br
Ato de Criação:	Lei nº 5.516 de 28 de fevereiro de 1979, que dá nova redação à Lei nº 5.089 de 30 de abril de 1975.
Estatuto	Aprovado em 21/07/2021 pelo Conselho de Administração da CIDASC. Aprovado em AGE realizada em 21/07/2021, conforme registro na Jucesc de 10/08/2021.
Regimento Geral / Interno	Aprovado pelo Conselho de Administração da CIDASC em 21/07/2021.

Escritório Central

Florianópolis abriga a Sede da Cidasc, que é responsável por planejar, supervisionar, coordenar e controlar as atividades relacionadas à execução de defesa sanitária animal e vegetal, inspeção de produtos de origem animal, classificação de produtos de origem vegetal, política de pessoal, gestão financeira e as atividades relacionadas à formulação de políticas sanitária animal e vegetal no Estado. Esse trabalho é realizado por meio de 4 diretorias, que dão suporte à presidência da Empresa.

ENDEREÇO

Rodovia Admar Gonzaga, 1588 – Itacorubi – 88034-001 Florianópolis - SC

Horário de Atendimento: Segunda a sexta-feira 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:30



Departamentos Regionais

Estão distribuídos estrategicamente pelo estado 19 departamentos regionais que coordenam os trabalhos dos escritórios municipais e das unidades veterinárias locais na sua região de abrangência.

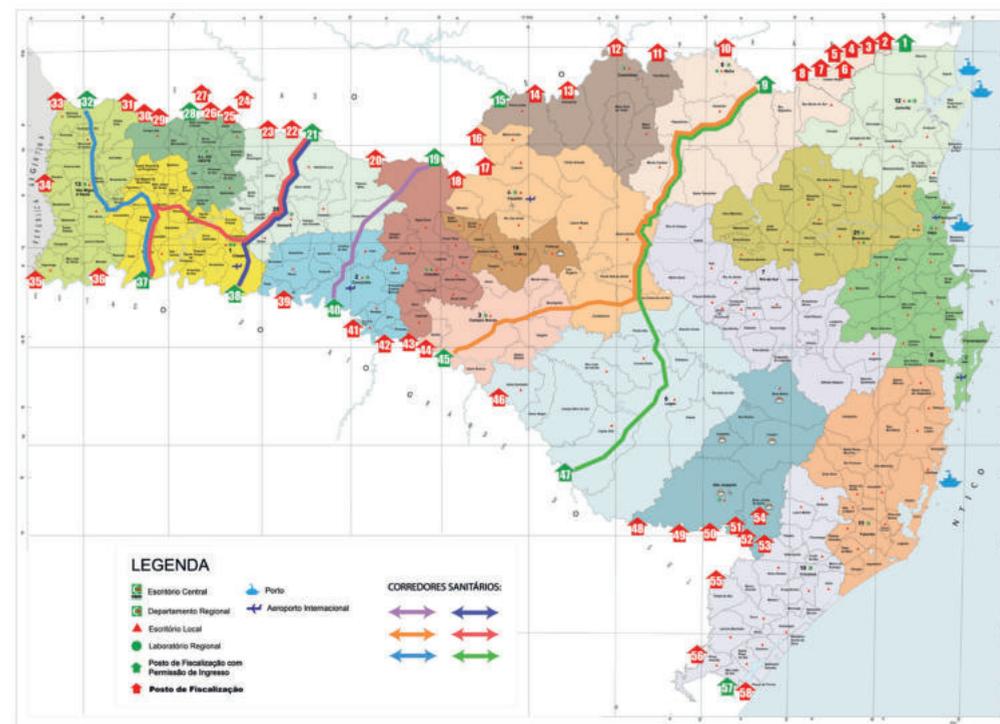
Informe-se do endereço e telefone do departamento e sua região de abrangência no site abaixo.

Escritório Municipais

A Cidasc atende os 295 municípios de SC (direta ou indiretamente) por meio de Escritórios Locais de atendimento e UVLs (Unidades Veterinárias Locais).

Postos Fixos de Fiscalização

A Cidasc dispõe também de 58 Postos Fixos de Fiscalização de trânsito de produtos de origem animal e vegetal, localizados ao longo das divisas com os estados do RS e PR e fronteira com a Argentina.



CANAIS DE ATENDIMENTO

Telefone: (48) 3665-7000

Disque denúncia

0800 643 93 00 (Animal)

0800 644 65 10 (Vegetal)

E-mail: gabin@cidasc.sc.gov.br

Ouvidoria:

ouvidoria@cidasc.sc.gov.br

SITE:

www.cidasc.sc.gov.br

FACEBOOK

cidasc.ascom

TWITTER

@cidascocial

SOUNDCLOUD

cidasc

INSTAGRAM

cidascocial

ROL DE RESPONSÁVEIS NO ANO DE 2021



CIDASC

Rol de Responsáveis no ano de 2021

Nome:	Luciane de Cássia Surdi				CPF:	664.769.849-34
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi					
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-001	
Telefone:	(48) 3665-7000	Fax:		e-mail:	presi@cidasc.sc.gov.br	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO						
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Dirigente máximo da unidade jurisdicionada (Titular)				
Nome do Cargo ou Função:		Presidente				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício		
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim	
DOE 20.990	05/04/2019	DOE 21.469	02/03/2021	01/01/2021	14/02/2021	

Nome:	Antônio Plínio de Castro Silva				CPF:	394.789.980-72
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi					
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-001	
Telefone:	(48) 3665-7000	Fax:		e-mail:	presi@cidasc.sc.gov.br	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO						
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Dirigente máximo da unidade jurisdicionada (Titular)				
Nome do Cargo ou Função:		Presidente				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício		
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim	
DOE 21.469	02/03/2021	DOE 21.469	02/03/2021	15/02/2021	31/12/2021	

Nome:	Vanessa de Souza Adami do Espírito Santo				CPF:	004.389.179-95
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi					
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-001	
Telefone:	(48) 3665-7000	Fax:		e-mail:	diafi@cidasc.sc.gov.br	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO						
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)	Membro da Diretoria Executiva					
Nome do Cargo ou Função:	Diretoria Administrativo e Financeiro					
Ato de Designação	Ato de Exoneração			Período de gestão no exercício		
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim	
DOE 21.050	05/07/2019	DOE 21.583	12/08/2021	01/01/2021	20/07/2021	

Nome:	Jean Fabricio de Moraes				CPF:	923.452.479-91
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi					
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-001	
Telefone:	(48) 3665-7000	Fax:		e-mail:	diafi@cidasc.sc.gov.br	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO						
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)	Membro da Diretoria Executiva					
Nome do Cargo ou Função:	Diretoria Administrativo e Financeiro					
Ato de Designação	Ato de Exoneração			Período de gestão no exercício		
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim	
DOE 21.583	12/08/2021			20/07/2021	31/12/2021	

Nome:	Priscila Belleza Maciel				CPF:	030.456.109-60
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi					
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-001	
Telefone:	(48) 3665-7000	Fax:		e-mail:	pbmaciel@cidasc.sc.gov.br	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO						
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)	Membro da Diretoria Executiva					
Nome do Cargo ou Função:	Diretoria de Defesa Agropecuária					
Ato de Designação	Ato de Exoneração			Período de gestão no exercício		
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim	
DOE 20.345	22/07/2016	DOE 21.623	08/10/2021	01/01/2021	31/03/2021	

Nome:	Diego Rodrigo Torres Severo				CPF:	001.819.340-43
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi					
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-001	
Telefone:	(48) 3665-7000	Fax:		e-mail:	didag@cidasc.sc.gov.br	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO						
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)	Membro da Diretoria Executiva					
Nome do Cargo ou Função:	Diretoria de Defesa Agropecuária					
Ato de Designação	Ato de Exoneração			Período de gestão no exercício		
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim	
DOE 20.623	08/10/2021			31/03/2021	31/12/2021	

Nome:	Marcos Roberto Pacheco				CPF:	916.140.079-34
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi					
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-001	
Telefone:	(48) 3665-7000	Fax:		e-mail:	mrpacheco@cidasc.sc.gov.br	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO						
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)	Membro da Diretoria Executiva					
Nome do Cargo ou Função:	Diretoria de Desenvolvimento Institucional					
Ato de Designação	Ato de Exoneração			Período de gestão no exercício		
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim	
DOE 20.750	17/04/2018			01/01/2021	31/12/2021	

Nome:	Junior Kunz				CPF:	049.626.189-46
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi					
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-001	
Telefone:	(48) 3665-7000	Fax:		e-mail:	junior_kunz@cidasc.sc.gov.br	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO						
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)	Membro da Diretoria Executiva					
Nome do Cargo ou Função:	Diretoria de Planejamento e Inovação					
Ato de Designação	Ato de Exoneração			Período de gestão no exercício		
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim	
DOE 21.583	12/08/2021			20/07/2021	31/12/2021	

Nome:	Ricardo de Gouvêa				CPF:	514.425.809-53
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1486 - Itacorubi					
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-000	
Telefone:	(48) 3664-4400	Fax:		e-mail:	gabinete@agricultura.sc.gov.br	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO						
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal				
Nome do Cargo ou Função:		Presidente do Conselho de Administração				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício		
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim	
DOE 20.987	02/04/2019	DOE 21.623	08/10/2021	01/01/2021	31/03/2021	

Nome:	Altair da Silva				CPF:	579.686.839-04
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1486 - Itacorubi					
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-000	
Telefone:	(48) 3664-4400	Fax:		e-mail:	gabinete@agricultura.sc.gov.br	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO						
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal				
Nome do Cargo ou Função:		Presidente do Conselho de Administração				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício		
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim	
DOE 21.623	08/10/2021			31/03/2021	31/12/2021	

Nome:	Ricardo Miotto Ternus				CPF:	028.613.069-63
Endereço Funcional:	Rod. Admar Gonzaga, 1486 - Itacorubi					
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-000	
Telefone:	(48) 3664-4400	Fax:		e-mail:	gabinete@agricultura.sc.gov.br	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO						
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal				
Nome do Cargo ou Função:		Membro do Conselho de Administração				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício		
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim	
DOE 20.987	02/04/2019			01/01/2021	31/12/2021	

Nome:	Gerson Catalan				CPF:	065.385.259-20
Endereço Funcional:	Rod. Admar Gonzaga, 1486 - Itacorubi					
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-000	
Telefone:	(48) 3664-4400	Fax:		e-mail:	gabinete@agricultura.sc.gov.br	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO						
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal				
Nome do Cargo ou Função:		Membro do Conselho de Administração				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício		
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim	
DOE 20.987	02/04/2019	Falecimento		01/01/2021	19/02/2021	

Nome:	Humberto Bicca Neto				CPF:	007.725.569-03
Endereço Funcional:	Rod. Admar Gonzaga, 1347 - Itacorubi					
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-901	
Telefone:	(48) 3665-5229	Fax:		e-mail:	humbertoneto@epagri.sc.gov.br	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO						
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)	Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal					
Nome do Cargo ou Função:	Membro do Conselho de Administração					
Ato de Designação	Ato de Exoneração			Período de gestão no exercício		
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim	
DOE 21.431	26/06/2020			01/01/2021	31/12/2021	

Nome:	Álvaro Antônio Ribas Dourado				CPF:	385.600.549-87
Endereço Funcional:	Rua Alcides Tombini, 33 - Paraíso - Bairro Santelmo					
Cidade:	Caçador	UF:	SC	CEP:	89.500-000	
Telefone:	(49) 3561-6445	Fax:		e-mail:	alvaro@cidasc.sc.gov.br	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO						
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)	Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal					
Nome do Cargo ou Função:	Membro efetivo (Representante dos Funcionários) do Conselho de Administração					
Ato de Designação	Ato de Exoneração			Período de gestão no exercício		
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim	
DOE 20.784	06/06/2018			01/01/2021	31/12/2021	

Nome:	Décio Alfredo Rockenbach				CPF:	342.518.209-91
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1347 - Itacorubi					
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-901	
Telefone:	(48) 3665-5000	Fax:		e-mail:	decioalfredorockenbach@gmail.com	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO						
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal				
Nome do Cargo ou Função:		Membro do Conselho de Administração				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício		
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim	
DOE 20.864	27/09/2018			01/01/2021	31/12/2021	

Nome:	José Angelo Di Foggi				CPF:	012.691.638-17
Endereço Funcional:	Rod. Admar Gonzaga, 1486 - Itacorubi					
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-000	
Telefone:	(48) 3664-4400	Fax:		e-mail:	angelodifoggi@agricultura.com	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO						
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal				
Nome do Cargo ou Função:		Membro do Conselho de Administração				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício		
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim	
DOE 20.864	27/09/2018			01/01/2021	31/12/2021	

Nome:	Miriam Aparecida Zanotto				CPF:	463.559.289-87
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1347 - Itacorubi					
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-901	
Telefone:	(48) 3665-5257	Fax:		e-mail:	miriamzanotto@epagri.sc.gov.br	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO						
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal				
Nome do Cargo ou Função:		Membro do Conselho de Administração				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício		
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim	
DOE 21.431	07/01/2021			01/01/2021	31/12/2021	

Nome:	Diogo Ramôa Ramos				CPF:	025.119.269-54
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1486 - Itacorubi					
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-000	
Telefone:	(48) 3664-4433	Fax:		e-mail:	diogoramos02894@icasa.org.br	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO						
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)		Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal				
Nome do Cargo ou Função:		Membro do Conselho de Administração				
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício		
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim	
DOE 20.864	27/09/2018			01/01/2021	31/12/2021	

Nome:	Rosane Schoetten				CPF:	868.116.589-15
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1386 - Itacorubi					
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88034-001	
Telefone:	(48) 3665-5000	Fax:		e-mail:	rschotten@yahoo.com.br	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO						
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)	Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal					
Nome do Cargo ou Função:	Membro do Conselho de Administração					
Ato de Designação	Ato de Exoneração			Período de gestão no exercício		
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim	
DOE 21.431	07/01/2021			01/01/2021	31/12/2021	

Nome:	Cátia Eliana Metzger Jacóbus				CPF:	908.851.989-71
Endereço Funcional:	Rod. Admar Gonzaga, 1486 - Itacorubi					
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-000	
Telefone:	(48) 3664-4320	Fax:		e-mail:	catiajacobus@outlook.com	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO						
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)	Membro do Conselho Administrativo, Deliberativo, Curador ou Fiscal					
Nome do Cargo ou Função:	Membro do Conselho de Administração					
Ato de Designação	Ato de Exoneração			Período de gestão no exercício		
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim	
DOE 21.431	07/01/2021			01/01/2021	31/12/2021	

Nome:	Eder Pires Bitencourte				CPF:	010.170.389-96
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi					
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-001	
Telefone:	(48) 3665-7013	Fax:		e-mail:	ederpires@cidasc.sc.gov.br	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO						
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)	Controle Interno da Unidade					
Nome do Cargo ou Função:	Gestor Estadual Controle Interno e Ouvidoria					
Ato de Designação	Ato de Exoneração			Período de gestão no exercício		
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim	
Portaria 20.119	12/06/2019			01/01/2021	31/12/2021	

Nome:	Alexandre de Oliveira Dias				CPF:	029.700.019-50
Endereço Funcional:	Rodovia Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi					
Cidade:	Florianópolis	UF:	SC	CEP:	88.034-001	
Telefone:	(48) 3665-7082	Fax:		e-mail:	alexandredias@cidasc.sc.gov.br	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO						
Natureza de Responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015)	Controle Interno da Unidade					
Nome do Cargo ou Função:	Gestor Estadual de Auditoria Interna					
Ato de Designação	Ato de Exoneração			Período de gestão no exercício		
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim	
Portaria 38.019	07/10/2019			01/01/2021	31/12/2021	

Competências Institucionais

Compete à Cidasc, segundo a **Lei Complementar nº 381, 07 de maio de 2007** alterada pela **Lei Complementar nº534/2011** e **Lei Complementar nº741/2019**:

I - Executar os serviços de defesa sanitária animal e vegetal e assegurar a manutenção do serviço de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal - Serviço de Inspeção Estadual - SIE, por meio do registro dos estabelecimentos, seus produtos e da fiscalização do ato de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal executado por profissionais da medicina veterinária habilitados pela Cidasc;

II - Promover, apoiar e executar os mecanismos de armazenagem, abastecimento e comercialização de produtos de origem animal e vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos;

III - Promover e executar os serviços de fiscalização da produção vegetal e de fiscalização, padronização, certificação e classificação de produtos de origem vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos;

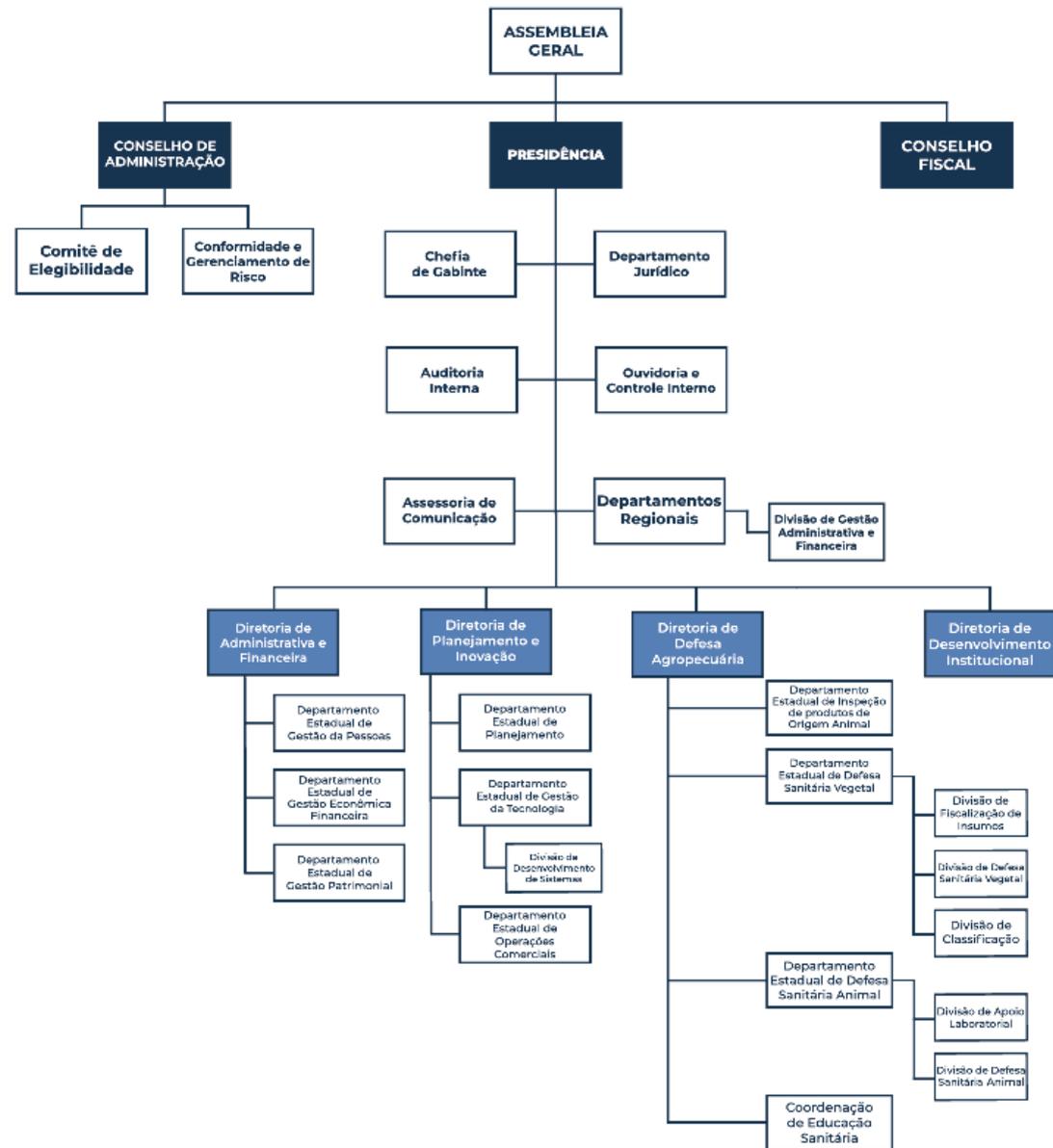
IV - Prestar serviços laboratoriais para análise de resíduos tóxicos em produtos de origem animal e vegetal, solo, ração e demais análises laboratoriais relacionadas com a produção e comercialização de animais e vegetais, seus subprodutos, insumos e resíduos, incluindo análises de controle de qualidade em apoio à fiscalização da produção agropecuária;

V - Estabelecer critérios para credenciamento, reconhecimento, extensão para novas demandas tecnológicas e monitoramento de laboratórios para exercício das atividades previstas no inciso IV, bem como fiscalizar sua execução;

VI - Desenvolver as atividades de operador portuário no Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul;

VII – Assegurar e garantir tratamento favorecido e simplificado para as agroindústrias familiares de pequeno porte e de economia solidária no sistema de inspeção e vigilância sanitária;

Organograma



Principais Resultados

A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – Cidasc, Empresa Pública, criada em 1979, tem como missão a execução das ações de sanidade animal e vegetal, a preservação da saúde pública, a promoção do agronegócio e do desenvolvimento sustentável de Santa Catarina. Com a visão de ser reconhecida como referência e excelência em sanidade agropecuária, a Companhia baseia-se nos seus valores, que são: a excelência, a legalidade, a transparência e a credibilidade, para contribuir com a agropecuária catarinense.

Por delegação da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural - SAR, é de competência da Cidasc executar os serviços de defesa sanitária animal e vegetal, assegurar a manutenção do serviço de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal Serviço de Inspeção Estadual – SIE; promover, apoiar e executar os mecanismos de armazenagem, abastecimento e comercialização de produtos de origem animal e vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos; promover e executar os serviços de fiscalização, padronização, certificação e classificação de produtos de origem vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos; prestar serviços laboratoriais para análise de resíduos tóxicos em produtos de origem animal e vegetal, solo, ração e demais análises laboratoriais relacionadas com a produção e comercialização de animais e vegetais, seus subprodutos, insumos e resíduos, incluindo análises de controle de qualidade em apoio à fiscalização da produção agropecuária; além de estabelecer critérios para credenciamento, reconhecimento, extensão para novas demandas tecnológicas e monitoramento de laboratórios, bem como fiscalizar sua execução.

Para alcançar a missão da Companhia, os departamentos técnicos, vinculados à Diretoria de Defesa Agropecuária, executam as atividades finalísticas da Cidasc.

Defesa Sanitária Animal

A Defesa Sanitária Animal é um conjunto de atividades de Estado voltadas ao interesse da segurança agro-sanitária, cujos objetivos gerais podem ser resumidos em preservação da sanidade da produção animal, da saúde pública e do meio ambiente, do fortalecimento da economia e da promoção do bem-estar social ao contribuir para a contínua melhoria na condição agro-sanitária catarinense, visando agregar valor e acessar mercados consumidores internos e externos. Atualmente, Santa Catarina é reconhecida internacionalmente pela Organização Mundial de Saúde Animal – OIE como Área Livre de Febre Aftosa sem vacinação e de Zona Livre de Peste Suína Clássica, além de possuir a menor prevalência nacional de Brucelose e Tuberculose. Em relação a essas duas últimas doenças, importantíssimas para saúde pública, a Cidasc possui o propósito desafiador de erradicá-las de seu rebanho e vem desenvolvendo atividades de vigilância ativa para atingir esse objetivo. Um importante trabalho iniciado ano passado foi a elaboração do Plano de Continuidade Agropecuária, que viabiliza o prosseguimento das atividades agropecuárias mesmo em casos de emergências zoossanitárias, diminuindo as perdas econômicas e, conseqüentemente, assegurando menor impacto no PIB do Estado.

Em 2021, 2.123 notificações de suspeitas de doenças diversas foram atendidas. As ações de fiscalização também tiveram finalidade educativa, orientando o autuado sobre a legislação sanitária. As abordagens destacaram a importância das medidas para preservar o status sanitário diferenciado que Santa Catarina conquistou e que tantas oportunidades de negócio tem gerado.

Para um efetivo monitoramento e prevenção de doenças, a Cidasc também implementa o controle do trânsito de animais e o cadastro de rebanhos. Em 2021, mais de 1 milhão e 397 mil Guias de Trânsito Animal foram registradas no Sigen+, sistema informatizado disponibilizado pela Cidasc, para transporte de carga viva e produtos de origem animal.

Referente a capacitações, foram realizadas reuniões, palestras e lives que atingiram, no total, cerca de 4.300 participantes, entre médicos veterinários oficiais, credenciados, habilitados e produtores rurais e a elaboração e disponibilização de cursos EAD voltados a assuntos de DSA.

Defesa Sanitária Vegetal

O sistema de Defesa Sanitária Vegetal constitui-se num trabalho estratégico e sistemático de monitoramento, vigilância, inspeção e fiscalização da produção, do comércio e do trânsito de vegetais ou produtos desta origem que possam ser veiculadores de pragas. A produção estadual de maçã e banana, por exemplo, está sob constante vigilância para permitir a comercialização nacional e exportação, sendo o Estado livre de *Cydia pomonella*, greening e moko da bananeira. O Cancro europeu da macieira ocorre em menos de 18% das propriedades catarinenses.

Em 2021, foram emitidas 66.780 Permissões de Trânsito Vegetal para o comércio de 237,3 mil toneladas de banana, 452,2 mil toneladas de maçã, e 10 mil toneladas de outros produtos vegetais. Foram realizadas mais de 1900 inspeções ou coletas de amostras para controle de pragas.

Também está a cargo do departamento a fiscalização do comércio e controle da qualidade de sementes e mudas comercializadas no estado e do comércio e uso de defensivos agrícolas. O Programa Estadual de Controle e Monitoramento de Resíduos de defensivos agrícolas teve seu primeiro ano de operação com o objetivo de atingir 800 amostras de produtos de origem vegetal, coletadas no comércio e na produção em todo território, além de monitorar os produtos orgânicos e convencionais. O índice de conformidade das amostras dos produtos de origem vegetal, está na ordem de 89,3%.

Outro marco importante foi a disponibilização da versão final para integração ao sistema informatizado para controle de estoque, comercialização e uso de defensivos agrícolas. A partir de 1º de julho, todas as operações comerciais envolvendo estes produtos e todos os receiptuários agrônômicos emitidos passam a compor uma robusta base de dados para estatísticas, fiscalização e vigilância.

Para proteção dos polinizadores, a Cidasc proibiu em meados de 2021 a aplicação foliar de defensivos agrícolas com o princípio ativo Fipronil, após longo debate com o setor produtivo. A medida é pioneira no Brasil e busca preservar a sanidade das abelhas, que geram renda aos apicultores e beneficiam nossa agricultura através da polinização.

Inspeção de Produtos de Origem Animal

O Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DEINP-, que registra e fiscaliza os estabelecimentos sob o Serviço de Inspeção Estadual - SIE, contribui ativamente com ações direcionadas à segurança e qualidade dos produtos de origem animal, que devem obrigatoriamente ser submetidos à inspeção sanitária.

Em 2021, foram inscritas 16 novas agroindústrias no Serviço de Inspeção Estadual. Também está a cargo da Cidasc a concessão de alguns registros federais. Em 2021, mais 20 estabelecimentos aderiram ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI, que permite a comercialização em todo território nacional. No total, 71 estabelecimentos catarinenses estão no SISBI e as equipes da Cidasc têm estimulado a obtenção deste registro, tendo em vista o potencial de expansão que traz para as empresas.

Da mesma forma, os pequenos produtores podem solicitar à Cidasc o Selo ARTE, que valida produtos genuinamente artesanais e característicos das regiões catarinenses para venda em qualquer parte do Brasil. Em 2021, foram concedidos 17 novos selos ARTE, totalizando 21 certificações.

Além disso, foram realizadas mais de 5.500 fiscalizações (supervisões, auditorias e análises documentais) e mais de 7.500 análises laboratoriais de produtos de origem animal e água. O departamento ofereceu cursos de capacitação gratuitos para treinar os profissionais atuantes na área de alimentos, vinculados ao setor agropecuário. Ao longo do ano, 30 turmas, totalizando 10 diferentes cursos, com mais de 8900 participantes inscritos, foram ofertadas.

Educação Sanitária

A Cidasc desenvolve um trabalho de construção e apropriação de conhecimentos, por parte dos participantes das diversas etapas das cadeias produtivas associadas às atividades agropecuárias e pela população em geral, relacionados com a saúde animal, sanidade vegetal e qualidade dos produtos, subprodutos e insumos agropecuários, através de: Educação com escolares, universitários e produtores rurais; Diagnóstico Educativo; Projetos educativos específicos.

A Educação Sanitária em Defesa Agropecuária executada pela Cidasc em 2021 esteve presente em 53 escolas catarinenses, formando 964 crianças como Sanitaristas Juniores.

DEFESA SANITÁRIA ANIMAL EM NÚMEROS



1.397.000

Guias de Trânsito
Animal (GTAs) emitidas



2.123

notificações de suspeitas
de doenças



1.803

propriedades certificadas como
livre de brucelose e tuberculose



987.418

brincos de identificação de
bovinos e bubalinos



12.294

exames de doenças infecciosas

DEFESA SANITÁRIA VEGETAL EM NÚMEROS



66.780 Permissões de Trânsito Vegetal emitidas



1.907 inspeções ou coletas de amostras para controle de pragas



1.065 fiscalizações em estabelecimentos de comercialização de insumos agrícolas



665 amostras vegetais encaminhadas para análise de resíduos



587 fiscalizações de vazio sanitário

INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL EM NÚMEROS



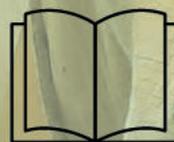
16 novas Agroindústrias inscritas no Serviço de Inspeção Estadual



7.500 análises laboratoriais de produtos de origem animal e água



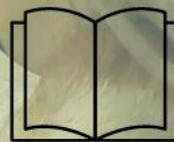
20 estabelecimentos aderiram ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI)



30 turmas de cursos de capacitação gratuitos oferecidos pelo DEINP



71 estabelecimentos catarinenses estão no SISBI



10 cursos de capacitação oferecidos pelo DEINP



17 produtos conquistaram o Selo Arte



8.900 alunos inscritos nos cursos do DEINP



5.500 fiscalizações em estabelecimentos (supervisões, auditorias e análises documentais)



4.290 unidades produtoras cadastradas no Programa Novilho Precoce

EDUCAÇÃO SANITÁRIA EM NÚMEROS



53

escolas catarinenses participaram dos programas de educação sanitária oferecidos pela Cidasc



964

alunos formaram-se no programa Sanitarista Júnior

Indicadores de Governo

Em consonância com o Modelo de Gestão por Resultados adotado pelo Governo do Estado, foram desenvolvidos indicadores estratégicos para Cidasc que demonstram parte das atividades desenvolvidas pela empresa, permitindo ao Governo do Estado acompanhamento do desempenho desta Companhia.

Percentual de propriedades fiscalizadas / vistoriadas, dentre as 3.600 propriedades de maior risco sanitário, acumulado nos últimos doze meses - Resultado de 2021: 72,67%

A vigilância epidemiológica, dentro da Defesa Sanitária Animal, se destina a demonstrar a ausência de determinada doença ou infecção em uma população estabelecida, bem como descrever sua presença e distribuição e, ainda, detectar precocemente a reintrodução de doenças exóticas ou emergenciais. A Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) alerta para o fato de não haver método científico capaz de fornecer uma certeza absoluta da ausência de determinada doença ou infecção e recomenda que o atendimento a essa demanda esteja fundamentado, preferencialmente, em ações contínuas de vigilância, suportadas por adequado sistema de informação. Assim, a combinação dos dados obtidos por fontes aleatórias com fontes não aleatórias e dirigidas aos riscos eleva o nível de confiança do processo ou, ao menos, aumenta a capacidade de detecção de limites ainda inferiores da ocorrência da doença ou infecção em relação à prevalência de delineamento, mantido o nível de confiança dos estudos estruturados.

Uma das estratégias que encontra cada vez maior respaldo na literatura especializada é a vigilância baseada em risco, que se baseia no fato de as propriedades não possuírem riscos homogêneos de estarem infectadas e, tampouco, de serem detectadas caso possuam animais doentes. Esta metodologia segrega as subpopulações com base nos fatores de risco a que estão expostas e na probabilidade de detecção desta exposição. Assim, elementos da vigilância baseada em risco podem ser observados praticamente na totalidade das atividades desempenhadas para vigilância, sejam as sorologias para detecção ou mesmo o monitoramento permanente das propriedades consideradas de maior risco.



Percentual de estabelecimentos abatedouros de bovinos com sistema de vigilância ativa para Brucelose e Tuberculose implementado - Resultado de 2021: 50,78%

O sistema de vigilância ativa permite detectar, de forma mais rápida e econômica, os rebanhos com suspeita de doenças. Este indicador demonstra o resultado da implantação de vigilância ativa para detecção de focos de brucelose e tuberculose utilizando a cadeia produtiva da carne, onde os animais enviados para o abate, de forma aleatória, são examinados para estas duas doenças. A vigilância ativa evita a necessidade de realizar exames em todas as propriedades para encontrar os animais positivos a fim de eliminá-los.

A vigilância da tuberculose já está implantada em todos os abatedouros com Serviço de Inspeção Federal - SIF e SIE desde 2018. Em fevereiro de 2020 foi implantada em todos os estabelecimentos de abate com o SIE, por meio da Instrução de Serviço Conjunta nº10, a vigilância da brucelose.

Número de propriedades leiteiras com vigilância para Brucelose - Resultado de 2021: 100%

Trata-se de um indicador que demonstra o resultado do sistema de vigilância ativa para detecção de rebanhos leiteiros com suspeita de focos de brucelose, onde amostras de leite de tanque das propriedades serão examinados para detecção de anticorpos contra esta doença. A aplicação desse sistema evita a necessidade de realizar exames em todas as propriedades para encontrar os animais positivos cuja a finalidade é a de eliminá-los da cadeia produtiva.

A vigilância da brucelose está implantada apenas na vigilância dos vínculos epidemiológicos com os focos, os exames são realizados no laboratório de Joinville. A Portaria que exige a vigilância uma vez por ano em propriedades leiteiras está em aguardo de publicação.

Um projeto piloto foi realizado pelo Programa SC Rural desde 2011 até 2018 obtendo dados volumosos sobre o melhor diagnóstico a ser utilizado e a melhor logística das amostras utilizando, como o aproveitamento das mesmas amostras da qualidade do leite enviadas à Rede Brasileira de Qualidade do Leite.



Selo ARTE - Resultado de 2021: 23 concessões

A concessão do selo ARTE aos produtos de origem animal como queijos, mel, pescados e embutidos produzidos no estado de Santa Catarina em estabelecimentos com serviço de inspeção destina-se a identificação de que estes produtos possuem características artesanais, são elaborados com matérias-primas com origem determinada, a partir de técnicas prioritariamente manuais e por quem tenha o domínio integral do processo e com isso a autorização de comercialização destes produtos passam a ser em todo o território nacional. Haverá o reconhecimento dos produtores artesanais catarinenses e de seus produtos que serão conhecidos e saboreados em qualquer parte do Brasil, aumentando a renda dos produtores, promoção da saúde pública, agregando valor ao produto e dando destaque ao estado em todo território nacional.

Após a publicação da Lei Federal nº 13.680/2018 e sua regulamentação pelo Decreto 9.918/2019, a Cidasc por meio do DEINP, reuniu-se com demais entidades como SAR, MAPA e Epagri para elaboração dos procedimentos a serem executados no estado de Santa Catarina, resultando na publicação da Portaria SAR 20/2020, a qual elenca os procedimentos que devem ser adotados e encaminhados pelos interessados, possibilitando a identificação e avaliação dos produtos artesanais catarinenses produzidos segundo as características e métodos tradicionais. Elaboração de capacitação via Youtube para profissionais da área de agricultura, Epagri e serviços de inspeção. Divulgação em mídias sociais, TV e rádio, publicação de reportagens e entrevistas sobre os procedimentos adotados pelo DEINP.



Produção em conformidade com legislação de agrotóxicos - Resultado de 2021: 89,90%

A produção de alimentos de forma convencional, com o uso de agrotóxicos, deve ser realizada de acordo com a legislação sobre o uso deste tipo de insumo agrícola. Os agrotóxicos são registrados para culturas e alvos específicos, conforme estudos apresentados aos órgãos em suas competências e precisam ser previamente aprovados pelo Ibama, Anvisa e Mapa.

O uso correto dos agrotóxicos pressupõe que os resíduos dessas substâncias nos alimentos ficarão dentro dos limites considerados seguros para o consumo da população. O uso incorreto, por outro lado, sujeita a população a efeitos não previstos, colocando em risco a saúde coletiva.

Segundo o Decreto Estadual nº 1331/2016, art. 3º, compete à Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural - SAR, por intermédio da Cidasc, entre outros, o disposto no inciso VIII – amostrar produtos de origem vegetal para avaliação dos níveis remanescentes de resíduos de agrotóxicos, seus componentes e afins; O Decreto define ainda, em seu art. 35, que o produtor agrícola ou o manipulador de produto agrícola, conforme responsabilidade a ser apurada em processo administrativo próprio, são os responsáveis pela qualidade dos respectivos produtos, de forma a garantir:

- I – que os resíduos de agrotóxicos e afins não ultrapassem os limites máximos permitidos pela legislação em vigor; e
- II – a ausência de resíduos de agrotóxicos e afins de uso não autorizado para a cultura.

Parágrafo único. Quando não for possível identificar o produtor agrícola ou o manipulador do produto agrícola, a responsabilidade de que trata o caput deste artigo recairá sobre o detentor do produto.

Os dados disponíveis até 2019 em Santa Catarina são os disponibilizados pelo Ministério Público de Santa Catarina - MPSC como fruto do Programa Alimento Sem Risco - PASR. As coletas das amostras do PASR foram realizadas na sua maioria pela Cidasc por meio de termo de cooperação técnica. O índice de conformidade dos alimentos amostrados em Santa Catarina pelo programa era de apenas 67% em 2011 passando para 83,2% de conformidade em 2019. Os resultados alcançados pelo programa são resultado da redução da sensação de impunidade que existia pelo uso indiscriminado de agrotóxicos. O MPSC, mediante celebração de termos de ajustamento de conduta - TACs, responsabilizou produtores e comerciantes de alimentos pelos resíduos inconformes detectados nas amostras.

Com o Programa Estadual de Controle e Monitoramento de Resíduos de Agrotóxicos, com início das amostragens em novembro de 2020, a Cidasc passa assumir os procedimentos administrativos derivados de inconformidades relacionadas aos resíduos de agrotóxicos, permitindo ao estado definir as estratégias na pasta da agricultura para melhorar os índices de conformidade a patamares acima de 90%.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



CIDASC

1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Identidade institucional

Visão

Ser reconhecida como referência e excelência em Sanidade Agropecuária

Missão

Executar ações de Sanidade Animal e Vegetal, Preservar a Saúde Pública, Promover o Agronegócio e o Desenvolvimento Sustentável de Santa Catarina

Valores

- Excelência
- Legalidade
- Transparência
- Credibilidade



Objetivos Estratégicos

- Controlar as doenças animais;
- Controlar as pragas e doenças vegetais;
- Garantir a idoneidade dos insumos agrícolas;
- Garantir a idoneidade dos produtos de origem animal;
- Garantir a idoneidade dos produtos classificados.

Partes Interessadas

Pessoas físicas ou jurídicas com potencial para influir positiva ou negativamente sobre objetivos e resultados da organização, mesmo que dela não participem, mas que possam ser afetadas pelo resultado de sua execução ou conclusão.

Principais parceiros

- **MAPA** - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- **MPSC** - Ministério Público de SC
- **Associações de Produtores**
- **ICASA** – Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária
- **EPAGRI** – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural

Principais Processos Finalísticos

Defesa Sanitária Animal

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
Defesa Sanitária Animal	Ações com o objetivo de prevenir, controlar e erradicar doenças de impacto econômico e de importância zoonótica, visando a manutenção e ampliação do status sanitário, bem como a saúde única. Capacitações técnicas frequentes, Educação sanitária e preparo para rápida resposta a eventos sanitários nos plantéis são fundamentais nas ações de defesa sanitária animal.	Cidadão/Produtor/ Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA
Vigilância Sanitária Animal e Trânsito	De forma integrada aos Programas Sanitários do Departamento de Defesa Sanitária Animal da Cidasc, efetua o controle do trânsito de animais, seus produtos e subprodutos, bem como sistemas afins (habilitação para emissão de GTA, credenciamento para emissão de Cis-e, autorizações de ingresso entre outros), visando assim medidas de proteção do rebanho Catarinense, para manutenção dos padrões sanitários internacionalmente reconhecidos, por meio da minimização do risco de introdução ou reintrodução de enfermidades. Atua junto aos médicos veterinários privados, propriedades, estabelecimentos agroindustriais, postos de fiscalização fixos, barreiras móveis, entre outros.	Cidadão/Produtor/ Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA

<p>Vigilância Epidemiológica</p>	<p>Elaboração de estudos epidemiológicos para verificação da distribuição espacial e temporal das doenças de controle oficial; elaboração de boletins epidemiológicos a partir da análise de dados das investigações e ocorrências registradas pelo Serviço Veterinário Oficial para verificação do perfil de distribuição das notificações e doenças de controle oficial; gerenciamento do sistema de informações zoossanitárias do estado, que compreende desde a coleta, o processamento, a análise, avaliação e sua divulgação, aliado ao contexto sanitário nacional a ao cenário internacional, visando a transparência e a sustentação da gestão sanitária; capacitação do quadro de médicos-veterinários da Cidasc quanto aos métodos epidemiológicos, bem como quanto à aplicação do Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergências Veterinárias (Sisbravet), visando o registro e acompanhamento das notificações e investigações de suspeitas de doenças; capacitação de médicos veterinários privados, habilitados pelo Serviço Veterinário Oficial, por meio de cursos em plataforma online - Moodle; planejamento das atividades de vigilância ativa junto aos programas sanitários e definição dos critérios de risco estabelecidos por doença de controle oficial objetivando o aprimoramento do sistema de vigilância baseada em risco.</p>	<p>Cidadão/Produtor/ Empresas</p>	<p>Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA</p>
<p>Vigilância para Febre Aftosa e Síndrome Vesiculares</p>	<p>O Programa Estadual de Vigilância para Febre Aftosa e Síndromes Vesiculares tem o objetivo de manter o estado de Santa Catarina livre da febre aftosa sem vacinação, reunindo as garantias sanitárias necessárias para certificar a ausência da infecção nos rebanhos catarinenses por meio de um sistema de vigilância oficial e da participação comunitária.</p>	<p>Cidadão/Produtor/ Empresas</p>	<p>Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA</p>
<p>Rastreabilidade Bovina e Bubalina</p>	<p>Para aperfeiçoar as medidas de vigilância sanitária nos rebanhos catarinenses recomendadas pela OIE (Organização Internacional de Saúde Animal) são realizadas atividades de identificação individual e rastreabilidade de bovinos e bubalinos, definidas pelo SRBOV-SC (Sistema de Identificação Individual e Rastreabilidade de Bovinos e Bubalinos de Santa Catarina).</p>	<p>Cidadão/Produtor/ Empresas</p>	<p>Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA</p>

<p>Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Bovina</p>	<p>Objetiva baixar a prevalência e a incidência da brucelose e da tuberculose, por meio da vigilância e saneamento de focos encontrados, visando a erradicação destas doenças; e certificar um número elevado de estabelecimentos de criação, objetivando aumentar a oferta de produtos de baixo risco para a saúde pública. Realização também a orientação sanitária aos produtores de bovinos e supervisão de médicos veterinários autônomos habilitados para o diagnóstico dessas doenças.</p>	<p>Cidadão/Produtor/ Empresas</p>	<p>Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA</p>
<p>Controle da Raiva e Vigilância para Encefalopatias Transmissíveis</p>	<p>Para o controle da Raiva dos Herbívoros são executadas ações de cadastramento e monitoramento de abrigos de morcegos hematófagos, controle populacional de <i>Desmodus rotundus</i>, vigilância em áreas risco, o atendimento às notificações de suspeita de síndromes nervosas, aos focos da doença e o estímulo à vacinação dos animais.</p> <p>A vigilância para Encefalopatias Transmissíveis visa evitar a entrada do agente da Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB) no território nacional, aplicar medidas de mitigação de risco, como a fiscalização do fornecimento de alimentos para ruminantes nas propriedades, no intuito de evitar eventual reciclagem e difusão do agente da EEB no estado e manter um sistema de vigilância para detecção precoce de animais infectados.</p>	<p>Cidadão/Produtor/ Empresas</p>	<p>Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA</p>
<p>Sanidade Suídea</p>	<p>Diante da importância econômica, social e cultural da suinocultura catarinense, com o intuito de controlar e maximizar ganhos econômicos possibilitados pela produção de suínos (<i>Sus scrofa domesticus</i>), bem como de mitigar os riscos de transmissão de doenças relevantes para o setor produtivo suinícola e para a saúde da população, a Cidasc executa a proteção deste rebanho baseada nas diretrizes estabelecidas pela OIE (Organização Mundial de Saúde Animal) e determinadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por meio do Departamento de Saúde Animal.</p> <p>As doenças alvo do Programa de Sanidade Suídea são a Peste suína clássica, Peste suína africana e doença de Aujeszky, as quais acometem suínos e precisam de atenção constante do Serviço veterinário oficial, pois são enfermidades que refletem diretamente no mercado interno e externo do Estado de Santa Catarina. As ações do programa são realizadas para prevenção e detecção precoce da ocorrência dessas principais enfermidades.</p>	<p>Cidadão/Produtor/ Empresas</p>	<p>Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA</p>

<p>Sanidade Avícola</p>	<p>As principais ações do programa de sanidade avícola consistem em prevenir e controlar as enfermidades de interesse na avicultura comercial, de subsistência e na saúde pública, com foco principal nos seguintes agentes: Influenza aviária, Doença de Newcastle, Laringotraqueíte, salmonelas e micoplasmas. As atividades são focadas na manutenção de sistemas de prevenção e detecção precoce de Influenza aviária (IA) e Doença de Newcastle (DNC), gerando uma rápida resposta às suspeitas e aos eventos sanitários destas enfermidades. Desta forma, mantém no estado, importantes ações de vigilância ativa através da realização de monitorias sanitárias nas aves de descarte e no entorno de sítios de aves migratórias, bem como o acompanhamento direto das monitorias realizadas no compartimento avícola e nas granjas com lotes importados, em período de quarentena. Além das ações com foco em IA e DNC, ressalta-se a atuação constante na vigilância, certificação e monitoramento sanitário dos plantéis avícolas, atuando nas fiscalizações para registro e manutenção de registro dos estabelecimentos, estimulando assim melhorias constantes na biossegurança destes, e também, realizando o acompanhamento de processos de saneamento de estabelecimentos avícolas acometidos por patógenos de importância. Para o êxito, mantém-se atualizada a equipe técnica através de capacitações e o frequente estímulo às ações de educação sanitária, em sintonia às legislações federais e às diretrizes internacionais.</p>	<p>Cidadão/Produtor/ Empresas</p>	<p>Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA</p>
<p>Sanidade dos Caprinos e Ovinos</p>	<p>Ações de cadastro e atualização dos estabelecimentos de criação; orientação aos produtores; vigilância epidemiológica e sanitária nas propriedades; atendimento às doenças de notificação obrigatória e determinação de medidas sanitárias; Educação sanitária.</p>	<p>Cidadão/Produtor/ Empresas</p>	<p>Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA</p>
<p>Sanidade dos Animais Aquáticos</p>	<p>O estado de Santa Catarina se destaca na produção de animais aquáticos principalmente na criação de moluscos bivalves, sendo que SC é o único estado que faz monitoramento oficial microbiológico e de ficotoxinas na produção de moluscos bivalves. Setores como a carcinicultura e a piscicultura também possuem importância significativa para a economia do estado. Dessa forma, atividades que visam proteger e manter a condição sanitária desses animais devem ser empregadas para fortalecer o setor e proteger a população que consome os produtos por eles gerados.</p>	<p>Cidadão/Produtor/ Empresas</p>	<p>Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA</p>

<p>Sanidade das Abelhas</p>	<p>Apoio à Apicultura e Meliponicultura Catarinense por meio das atividades pertinentes à Defesa Sanitária Animal como: educação sanitária, investigação epidemiológica, diagnóstico, monitoramento, controle e prevenção de pragas, doenças e intoxicações. Tem como objetivo manter as colmeias saudáveis, produzindo adequadamente em quantidade e com qualidade de produtos, e que possam contribuir com o relevante trabalho da polinização dos pomares, que é de suma importância para a agropecuária do estado.</p>	<p>Cidadão/Produtor/ Empresas</p>	<p>Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA</p>
<p>Sanidade Equídea</p>	<p>Ações de defesa sanitária animal para prevenir, diagnosticar, controlar e erradicar doenças que possam causar danos ao complexo agropecuário dos equídeos. As principais atividades desenvolvidas são educação sanitária; estudos epidemiológicos; controle do trânsito; cadastramento, fiscalização e certificação sanitária; e intervenção imediata quando da suspeita ou ocorrência de doenças de notificação obrigatória.</p>	<p>Cidadão/Produtor/ Empresas</p>	<p>Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA</p>
<p>Apoio Laboratorial</p>	<p>Os laboratórios oficiais da Cidasc, localizados em Chapecó e Joinville, prestam apoio fundamental às ações da Defesa Sanitária Animal (DSA) no estado, com a realização de diagnóstico de doenças de notificação obrigatória, preparo e envio de amostras para laboratórios de referência, produção dos meios de conservação das amostras, assistência em monitoramentos e inquéritos de doenças dos Programas Oficiais do MAPA e participação em projetos e estudos relacionados à sanidade animal.</p> <p>A unidade laboratorial de Chapecó é credenciada na Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários do MAPA e acreditada junto a Coordenação Geral de Acreditação -CGCRE/Inmetro na norma ABNT NBR ISO-IEC para diagnóstico de Brucelose Bovina. Oferece serviço de diagnóstico a clientes externos, além de atender as demandas internas da DSA.</p> <p>A unidade laboratorial de Joinville realiza análises oficiais para controle da raiva dos herbívoros e da brucelose bovina e bubalina e demandas da Defesa Sanitária Animal.</p> <p>O Sistema de Gestão da Qualidade Laboratorial implantado nas duas unidades é continuamente aperfeiçoado a fim de garantir a qualidade e confiabilidade dos resultados laboratoriais entregues à Defesa Sanitária Animal e aos clientes externos.</p>	<p>Cidadão/Produtor/ Empresas</p>	<p>Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA</p>

Fiscalização de eventos agropecuários	<p>Ações de defesa sanitária animal para prevenir, diagnosticar e controlar doenças que possam ser disseminadas por meio de uma aglomeração de animais. Composta pela análise clínica dos animais, verificação de documentos e fiscalização da atuação do RT e do promotor do evento.</p>	Cidadão/Produtor/ Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA
Avaliação e aperfeiçoamento da Defesa Sanitária Animal	<p>Apoio à coordenação dos Programas Sanitários do Departamento de Defesa Sanitária Animal da Cidasc por meio do planejamento e gerenciamento da aplicação de ferramentas de avaliação do serviço estadual de defesa sanitária animal, através de Supervisões Internas, que objetivam uma constante melhoria e aperfeiçoamento do serviço de Defesa Sanitária.</p>	Cidadão/Produtor/ Empresas	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA



Defesa Sanitária Vegetal

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
Defesa Sanitária Vegetal	Ações com objetivo estratégico e sistemático de monitoramento, vigilância, inspeção e fiscalização de insumos que controlem ou impeçam a disseminação de pragas, além da fiscalização da produção e comércio de plantas, partes de vegetais ou produtos de origem vegetal veiculadores de pragas, que possam colocar em risco o patrimônio agrícola e a condição socioeconômica do estado de Santa Catarina.	Cidadão/Produtor/ Empresas/Comércio	Departamento Estadual de Defesa Sanitária Vegetal - DEDEV
Cadastro de Agrotóxicos	O cadastro de agrotóxicos, registrados previamente no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com a finalidade de liberação do produto para comercialização e uso no território catarinense.	Produtor/Empresas/ Comércio	Divisão de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DIFIA
Registro de Comerciantes de Agrotóxicos e Fiscalização do Comércio de Agrotóxicos	Os comerciantes de agrotóxicos devem ser registrados junto à Cidasc e prestar contas dos volumes de agrotóxicos comercializados. A Cidasc executa a fiscalização dos estabelecimentos que operam com agrotóxicos nas áreas de comércio, armazenamento, produção, importação, exportação, transporte e empresas prestadoras de serviços na aplicação de agrotóxicos. No site da Cidasc é possível realizar a consulta de todos os estabelecimentos registrados no estado para o comércio de agrotóxicos.	Comerciantes de insumos agrícolas	Divisão de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DIFIA
Fiscalização do uso de Agrotóxicos	A Cidasc faz coleta de produtos vegetais para determinar a possível presença de resíduos de agrotóxicos não permitidos para a cultura, assim como para verificar se estão acima do limite máximo permitido pela legislação. As fiscalizações do uso são baseadas por receituários agrônômicos e movimentação de agrotóxicos de estabelecimentos responsáveis pela comercialização. Os receituários agrônômicos são filtrados por BI (bi.cidasc.sc.gov.br) que Empresas/Produtor/Comércio Divisão de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DIFIA tornam a consulta por profissional, município, produto agrotóxico utilizado bastante ágil, auxiliando inclusive nas investigações sobre mortandade de abelhas.	Produtor/Empresas/ Comércio	Divisão de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DIFIA

<p>Registro de Comerciantes de Sementes e Mudanças e Fiscalização do Comércio de Sementes e Mudanças</p>	<p>As sementes e mudas transmitem o potencial genético para as futuras plantas, depende delas grande parte do sucesso da produção e o próprio desenvolvimento agrícola. Por isso, a necessidade de um rigoroso controle da qualidade de sementes e mudas desde a fase de campo até a comercialização para garantir um material reprodutivo que atenda as expectativas de produção. Para tanto, a Cidasc controla a qualidade das sementes e mudas através da fiscalização dos estabelecimentos comerciais de acordo com a legislação federal e estadual. Realizando a coleta amostral de lotes de sementes, a fim de verificar a qualidade fisiológica e viabilidade do material comercializado no estado de Santa Catarina e possíveis inconformidades no comércio. A Cidasc mantém em seu site a consulta de todos os estabelecimentos registrados no estado para o comércio de sementes e mudas.</p>	<p>Comerciantes de insumos agrícolas</p>	<p>Divisão de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DIFIA</p>
<p>Cursos de Habilitação para Certificação Fitossanitária e Cadastro de Responsáveis Técnicos Habilitados</p>	<p>Para atuar como responsável técnico (RT) no sistema de certificação fitossanitária o engenheiro agrônomo ou engenheiro florestal precisam participar de curso previsto na legislação federal, que o capacitará para o cumprimento das normas de trânsito de produtos vegetais, potenciais veiculadores de pragas quarentenárias. Uma vez aprovado no curso de certificação fitossanitária, o RT poderá se cadastrar junto à Cidasc, com habilitação específica para a praga quarentenária objeto do curso. As informações são repassadas ao MAPA para compor o cadastro nacional de responsáveis técnicos da certificação fitossanitária. Os cursos estão sendo realizados com o auxílio da plataforma ENA Virtual e Google Meet.</p>	<p>Responsáveis Técnicos</p>	<p>Divisão de Defesa Sanitária Vegetal – DIDEV</p>
<p>Programas de Certificação Fitossanitária para as culturas da Banana, Maçã e Citrus</p>	<p>Os programas de certificação fitossanitária garantem a produtores, comerciantes, embaladores e consolidadores de produtos como Banana, Cidadão/Produtor/Empresas Divisão de Defesa Sanitária Vegetal – DIDEV Citrus. Maçã e Citrus o acesso ao mercado nacional e internacional, atendendo os requisitos fitossanitários conforme o destino da produção.</p>	<p>Cidadão/Produtor/ Empresas</p>	<p>Divisão de Defesa Sanitária Vegetal – DIDEV</p>

<p>Inscrição e fiscalização de Unidades de Produção e Unidades de Consolidação</p>	<p>A adesão aos sistemas de certificação fitossanitária é voluntária, frente a atual legislação federal em vigor. O interessado deve indicar um responsável técnico habilitado para a praga quarentenária de interesse, que fará todos os processos de inscrição junto à Cidasc. Uma vez inscrita, a unidade de produção (UP) e unidade de consolidação (UC) devem cumprir requisitos previstos na legislação federal. Cabe a Cidasc garantir ao MAPA e a outros estados que os processos sejam realizados adequadamente e que a produção catarinense não traz risco de disseminação de pragas, por meio de seus produtos vegetais comercializados.</p>	<p>Cidadão/Produtor/ Empresas</p>	<p>Divisão de Defesa Sanitária Vegetal – DIDEV</p>
<p>Levantamentos de detecção, delimitação e monitoramento de pragas</p>	<p>Para a manutenção do status fitossanitário de Santa Catarina perante o MAPA são realizados levantamentos de pragas periodicamente. O estado possui status de Área Livre das Pragmas (ALP): Moko da Bananeira (<i>Ralstonia solanacearum</i>, raça 2) e <i>Cydia pomonella</i>. Os levantamentos de delimitação são realizados com o intuito de identificação dos níveis populacionais, em relação àquelas presentes no estado, tais como: Cancro europeu (<i>Neonectria ditissima</i>), Cancro cítrico (<i>Xanthomonas citri</i> pv. <i>citri</i>), Sigatoka negra (<i>Pseudocercospora fijensis</i>), Thrips da ferrugem da bananeira.</p> <p>Para as pragas não presentes no estado, como HLB (<i>Candidatus Liberibacter</i>), Mofo azul do fumo (<i>Peronospora tabacina</i>), Cancro bacteriano da videira (<i>Xanthomonas campestris</i> pv. <i>viticola</i>), e outras prioritárias como iminência de ocorrência no território catarinense, são realizados levantamentos de detecção, para garantir o status fitossanitário de praga ausente, cumprindo os requisitos fitossanitários que venham a ser exigidos por países importadores e outras unidades da federação, além de impedir os prejuízos decorrentes dessas pragas no estado. Também são realizados levantamentos para pragas presentes em lavouras como milho e soja a fim de monitorar a ferrugem asiática da soja a cigarrinha-do-milho e complexo de enfezamentos, além da introdução de possíveis novas pragas.</p> <p>Segundo a Lei nº 17.825, de 12 de dezembro de 2019, os levantamentos de pragas tem ainda como objetivos coletar, processar, analisar, interpretar e divulgar dados sobre sua ocorrência, visando à adoção de medidas estratégicas ou emergenciais de controle ou erradicação eventualmente necessárias.</p>	<p>Cidadão/Produtor/ Empresas</p>	<p>Divisão de Defesa Sanitária Vegetal – DIDEV</p>
<p>Permissão de Trânsito Vegetal – PTV</p>	<p>A PTV é o documento final do Programa de Certificação Fitosanitária. Após todas as etapas cumpridas, o RT, produtor ou consolidador pode solicitar a emissão da PTV para sua produção. É documento de posse obrigatória para o trânsito interestadual quando são transportados produtos potenciais veiculadores de pragas quarentenárias.</p>	<p>Cidadão/Produtor/ Empresas</p>	<p>Divisão de Defesa Sanitária Vegetal – DIDEV</p>

Fiscalização do Trânsito Vegetal	Fiscalização do trânsito de artigos com potencial de disseminação de pragas (plantas, partes de plantas, fruto) e fiscalização do trânsito de agrotóxicos, sementes e mudas.	Cidadão/Produtor/ Empresas	Divisão de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DIFIA
Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Executa serviços de classificação de produtos vegetais e seus subprodutos e resíduos de valor econômico, com a finalidade de atender a legislação e conseqüentemente o mercado consumidor, facilitando a comercialização, possibilitando a importação e exportação dos produtos dentro dos padrões oficiais de classificação. Capacita produtores rurais e usuários em classificação vegetal. E, ainda, desenvolve trabalhos ligados à extensão agroindustrial, auxiliando tecnicamente as indústrias e produtores rurais.	Produtor/Empresas	Divisão de Classificação de Produtos de Origem Vegetal - DICLA



Inspeção de Produtos de Origem Animal

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
<p>Inspeção de Produtos de Origem Animal</p>	<p>Garantia da segurança dos alimentos ao consumidor, através da inspeção ante e post mortem dos animais e da adoção de medidas de controle de todo processo produtivo de alimentos de origem animal. A inspeção atua prevenindo a ocorrência de zoonoses e doenças veiculadas pelos alimentos e contribui para a vigilância de doenças relacionadas à sanidade dos animais. As ações dos profissionais da Cidasc abrangem:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Inspeção, desde o recebimento de animais e matérias-primas até a expedição e transporte de produtos comestíveis e não comestíveis de origem animal, conforme a recente atualização do Decreto 3748/1993; 2) Realização de procedimentos de exame clínico dos animais no pré-abate, a avaliação dos animais/matérias primas em propriedades de origem, a inspeção in loco do processo de insensibilização e de sangria; 3) A coleta de amostras de animais, produtos ou subprodutos (sabidamente positivos, suspeitos ou de situação sanitária desconhecida); 4) A execução/avaliação in loco das linhas de abates das diferentes espécies de animais (cabeças, carcaças, vísceras brancas, vísceras vermelhas e gânglios linfáticos); 5) A reinspeção de carcaças, matérias primas, produtos, subprodutos; 6) A análise documental e fiscalização in loco para aprovação de projetos de fluxo de produção das agroindústrias; 7) A verificação dos locais de depósito de dejetos (baias - pré-abate), resíduos e despojos (destino apropriado), a realização de necropsia de animais e demais atividades inerentes à função privativa do médico veterinário; 8) Fiscalização e execução de verificação dos procedimentos de remoção do MRE (Material de Risco Específico); 9) Fiscalização das atividades dos médicos veterinários habilitados pertencentes à empresa credenciadas ou convênios de prefeitura; 10) Combate a fraudes e clandestinidade; 11) Ações de educação sanitária; 12) Capacitação de médicos veterinários e médicos veterinários habilitados na área de inspeção; 13) Apoio às pesquisas, pareceres e elaboração de minutas de projetos de lei relacionadas à produção de alimentos e segurança dos alimentos; 14) Fomento à ampliação de comércio de produtos de origem animal no território catarinense e nacional por meio de adesões ao selo SISBI; 15) Reconhecimento, caracterização e avaliação de produtos de origem animal e de seu processo produtivo artesanal conforme características de identidade e qualidade específicas; 16) Fomento, ampliação e autorização do comércio de produtos de origem animal fabricados de forma artesanal por meio do Selo ARTE; 17) Promoção do desenvolvimento da agricultura familiar catarinense; 18) Demais atividades inerentes à defesa agropecuária; 	<p>Empresas públicas, empresas privadas, médicos veterinários responsáveis técnicos, médicos veterinários habilitados e consumidor final</p>	<p>Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DEINP</p>

<p>Programa Novilho Precoce</p>	<p>Trata-se de uma ação de estímulo ao trabalho de melhoramento animal, instituído pela Lei 9.183, de 28 de julho de 1993, regularmente pelo Decreto 2.908, de 26 de maio de 1998.</p> <p>Objetiva a viabilização da atividade pecuária através do aumento da produtividade; diminui o déficit de carne bovina do estado; gera maior renda e emprego no meio rural; e melhora a qualidade da carne ofertada através da redução da idade de abate, da tipificação das carcaças e do controle sanitário.</p> <p>As ações deste programa Novilho Precoce abrangem:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Cadastrar as unidades de exploração (UEP) e propriedades rurais interessadas em participar de programa; 2) Credenciar , por meio de auditoria, os abatedouros que manifestam interesse em participar do programa; 3) Capacitar os médicos veterinários, por meio de treinamentos práticos e teóricos, para execução da tipificação de carcaças bovinas e operacionalização do programa; 4) Realizar a inspeção e fiscalizar a atividade de tipificação de carcaças dos animais abatidos; 5) Análise e elaboração de relatórios referentes ao programa. 	<p>Agroindústrias, produtores rurais e consumidor final</p>	<p>Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DEINP</p>
<p>Análise de matéria prima e produtos de origem animal e Credenciamento de Laboratórios</p>	<p>Realização de análises laboratoriais de forma periódica por meio de análises de monitoramento fiscalizatórias. As análises realizadas visam a avaliação da conformidade dos critérios microbiológicos e físico-químicos de matéria prima e produtos de origem animal, da água de abastecimento e do gelo nas agroindústrias.</p> <p>As análises são realizadas em laboratórios credenciados junto à Cidasc e nos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (LFDA) vinculados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).</p>	<p>Agroindústrias, laboratórios credenciados e consumidor final</p>	<p>Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DEINP</p>
<p>Credenciamento de Empresas, Associações e cooperativas</p>	<p>Adoção do processo de credenciamento de empresas, associações e cooperativas para o fornecimento de profissionais médicos veterinários que executam a inspeção de produtos de origem animal no serviço de inspeção industrial e sanitária das agroindústrias. O credenciamento das Empresas, Associações e Cooperativas é regido pelo edital de credenciamento Cidasc 001/2018. , As ações do credenciamento abrangem:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Controle e fiscalização dos procedimentos desenvolvidos pelas empresas, associações e cooperativas credenciadas; 2) Controle das atividades executadas pelos médicos veterinários habilitados nos estabelecimentos registrados no Serviço Veterinário Oficial; 3) Auditoria e capacitação dos profissionais envolvidos; 4) Interação com empresas, associações e cooperativas credenciadas e outras instituições afins para sugestão e desenvolvimento de atividades conjuntas visando à proteção da saúde pública. 	<p>Agroindústrias, empresas, associações e cooperativas credenciadas e consumidor final</p>	<p>Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DEINP</p>

Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI)

Padronização e harmonização dos procedimentos de inspeção de produtos de origem animal possibilitando a equivalência dos serviços de inspeção existentes (federal, estadual e municipal);

A equivalência dos serviços de inspeção promove a saúde pública, o combate à clandestinidade, a segurança e qualidade dos alimentos de origem animal, bem como a contribuição para o fortalecimento e desenvolvimento do setor agropecuário catarinense.

O Serviço de Inspeção Estadual de Santa Catarina com adesão em 2013, ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA). Tal condição permite que estabelecimentos com selo SIE possam comercializar sua produção em todas as Unidades da Federação.

Ações para adesão e manutenção ao SISBI abrangem:

- 1) Análise de manifesto e de processos de solicitação de obtenção do selo SISBI provindos de agroindústrias com registro no Serviço de Inspeção Estadual, consórcios públicos e municípios;
- 2) Auditoria de adesão para reconhecimento da equivalência e ou manutenção nos estabelecimentos, consórcios públicos e municípios;
- 3) Interação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA e outras instituições afins para proposição e desenvolvimento das atividades que contribuem na melhoria contínua do sistema.

**Agroindústrias,
Consórcios Públicos,
Municípios e
consumidor final**

**Departamento Estadual
de Inspeção de
Produtos de Origem
Animal - DEINP**



Educação Sanitária

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
Educação Sanitária em Defesa Agropecuária	É o processo de disseminação, construção e apropriação de conhecimentos, por parte dos participantes das diversas etapas das cadeias produtivas associadas às atividades agropecuárias e pela população em geral, relacionados com a saúde animal, sanidade vegetal e qualidade dos produtos, subprodutos e insumos agropecuários, através de: Educação com escolares, universitários e produtores rurais; Diagnóstico Educativo; Projetos educativos específicos.	Crianças do ensino fundamental e comunidade escolar, estudantes de graduação de cursos de Medicina Veterinária, Zootecnia e Agronomia, comunidade acadêmica, produtores rurais, técnicos agrícolas e médicos veterinários habilitados.	Coordenação Estadual de Educação Sanitária - CDESA, Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal - DEDSA, Departamento Estadual de Defesa Sanitária Vegetal - DEDEV e Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DEINP.



Principais Processos de Apoio

MACROPROCESSO	DESCRIÇÃO DO MACROPROCESSO	PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS	PRINCIPAIS CLIENTES	UNIDADE RESPONSÁVEL
Gestão de pessoas	Dotar os órgãos de quadro efetivo, qualificado e suficiente para permitir o atendimento à sociedade	Gestão da Folha de Pagamento	Empregados/Sociedade	Departamento Estadual de Gestão de Pessoas/Divisão de Gestão da Folha
		Planejamento e Desenvolvimento de Pessoas		Supervisão de Planejamento e Desenvolvimento de Pessoas
		Segurança e Medicina do Trabalho		Supervisão de Segurança, Medicina e Bem Estar no Trabalho

Gestão administrativa	Gerir administrativa e financeiramente os órgãos do Poder Executivo do Estado	Gestão Econômico Financeira	Empregados/ Cidadãos usuários/ Sociedade	Departamento Estadual de Gestão Econômico Financeira
		Gestão Patrimonial		Departamento Estadual de Gestão Patrimonial
		Planejamento Estratégico		Departamento Estadual de Planejamento
		Comunicação com clientes internos e externos		Assessoria de Comunicação
		Gestão de Tecnologia		Departamento Estadual de Gestão de Tecnologia
		Controles Internos		Auditoria Interna
		Gestão de compras		Departamento Estadual de Operações Comerciais
		Gestão Jurídica		Departamento Jurídico

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIDADE GESTORA



CIDASC

2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIDADE GESTORA

Programas do Plano Plurianual – Exercício 2021

Programa	Público Alvo	Objetivo	Dotação atualizada 2021
310 – Agronegócio Competitivo	Produtores rurais e atores da agroindústria	Incrementar a base de conhecimentos científicos e tecnológicos necessária para a manutenção e evolução da capacidade competitiva das cadeias produtivas do agronegócio catarinense, enfatizando as dimensões relacionadas à sustentabilidade ambiental, à qualidade e à segurança dos seus produtos e processos., com produção sustentável, importação e exportação dos insumos e produtos agropecuários.	R\$ 520.000,00
315 – Defesa Sanitária Agropecuária	Atores do agronegócio e consumidores	Promover a sanidade e bem-estar das populações animais e vegetais, seus produtos e subprodutos, a idoneidade dos insumos agropecuários, garantir aspectos higiênico-sanitários de segurança alimentar e preservar o meio ambiente. Manter os rebanhos do Estado de Santa Catarina livres de doenças infectocontagiosas contempladas em programa de controle do Estado, visando manter e aperfeiçoar a sanidade.	R\$ 12.394.200,00

850 – Gestão de Pessoas	Servidores públicos estaduais	Desenvolver ações administrativas e financeiras visando garantir aos órgãos do Estado, pessoal qualificado, comprometido e motivado à execução das políticas públicas a cargo do Governo do Estado.	R\$ 211.035.693,00
900 – Gestão Administrativa – Poder Executivo	Órgãos do Poder Executivo	Gerir administrativa e financeiramente os órgãos do Poder Executivo do Estado.	R\$ 39.141.592,00

Despesa por Programa – Exercício 2021

Programa Subação	Dotação Atualizada 2021	Empenhado 2021	%Execução PPA
310 - Desenvolvimento Agropecuário e Pesqueiro			
183 - Movimentação de granéis no TGSFS	R\$ 520.000,00	R\$ 43.321,90	8,33%
315 - Defesa Sanitária Agropecuária			
14711 - Educação sanitária	R\$ 210.080,00	R\$ 422,99	0,20%
14841 - Educação sanitária para ensino fundamental	R\$ 364.000,00	R\$ 0,00	0,00%
1800 - Fiscalização de estabelecimentos inspecionados	R\$ 1.346.680,00	R\$ 153.411,92	11,39%
2216 - Classificação de produtos de origem vegetal	R\$ 973.940,00	R\$ 180.481,85	18,53%
2625 - Ações de Defesa Sanitária Vegetal	R\$ 2.993.680,00	R\$ 499.688,77	16,69%
2967 - Ações de Defesa Sanitária Animal	R\$ 6.505.820,00	R\$ 3.796.036,13	58,35%
850 - Gestão de Pessoas			
12973 - Capacitação profissional dos agentes públicos - Cidasc	R\$ 55.824,00	R\$ 3.755,00	6,73%
3451 - Encargos com estagiários - Cidasc	R\$ 612.081,00	R\$ 240.633,45	39,32%
570 - Administração de pessoal e encargos sociais - Cidasc	R\$ 210.367.788,00	R\$ 203.308.807,98	96,64%
900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo			
2555 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais - Cidasc	R\$ 21.987.592,00	R\$ 17.015.450,18	77,39%
3781 - Manutenção e modernização dos serviços de TI e comunicação - Cidasc	R\$ 17.154.000,00	R\$ 4.716.482,84	27,49%
Total Geral	R\$ 263.091.485,00	R\$ 229.958.493,01	87,41%

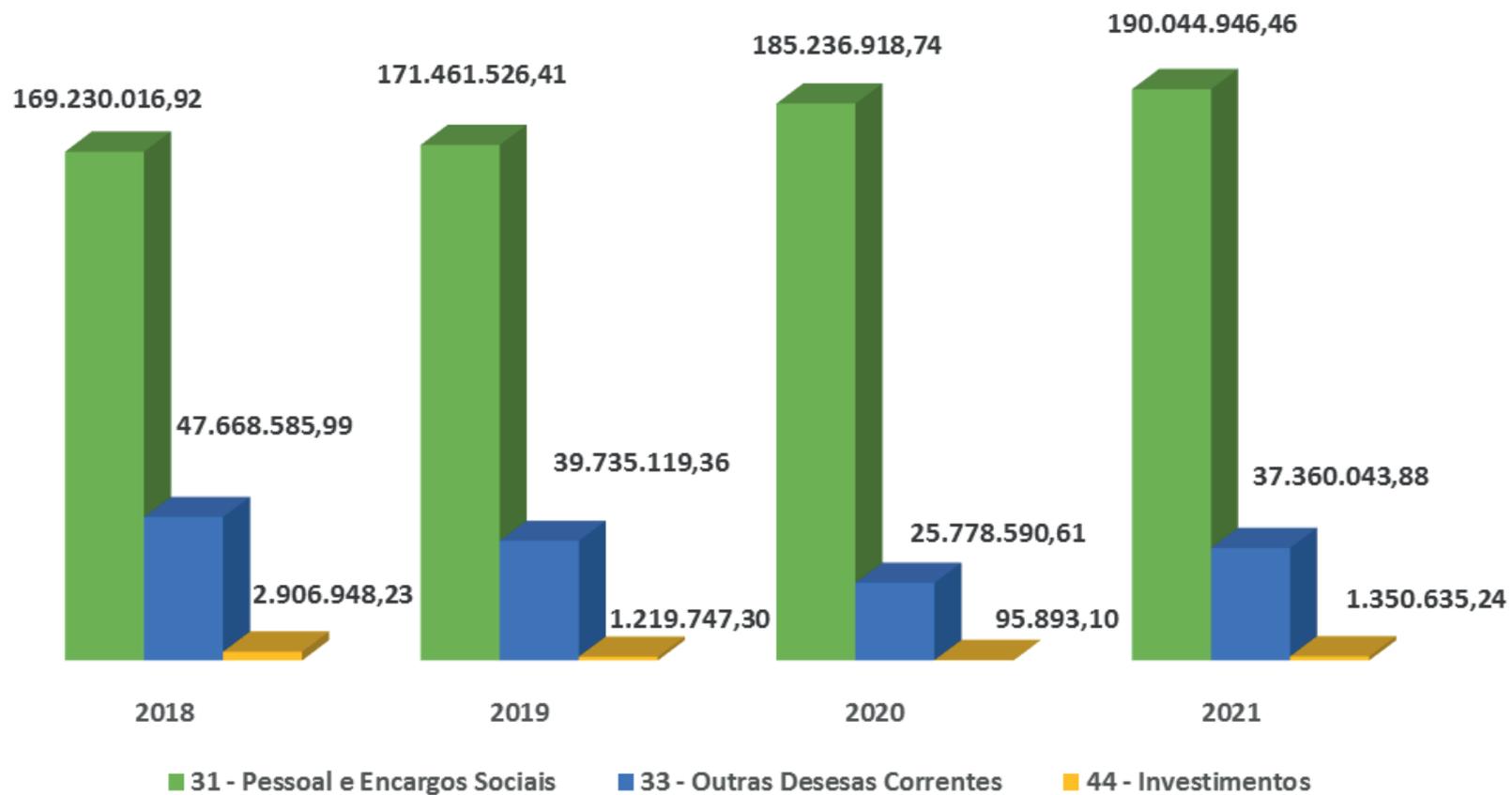
Fonte: SIGEF

Recursos Aplicados por Grupo de Natureza de Despesa – Execução 2018 a 2021

Gastos por Grupo de Natureza de Despesas *Despesas Liquidadas	2018	2019	2020	2021	Total Geral
31 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 169.230.016,92	R\$ 171.461.526,41	R\$ 185.236.918,74	R\$ 190.044.946,46	R\$ 715.973.408,53
33 - Outras Despesas Correntes	R\$ 47.668.585,99	R\$ 39.735.119,36	R\$ 25.778.590,61	R\$ 37.360.043,88	R\$ 150.542.339,84
44 - Investimentos	R\$ 2.906.948,23	R\$ 1.219.747,30	R\$ 95.893,10	R\$ 1.350.635,24	R\$ 5.573.223,87
Total Geral	R\$ 219.805.551,14	R\$ 212.416.393,07	R\$ 211.111.402,45	R\$ 228.755.625,58	R\$ 872.088.972,24

Fonte: SIGEF

Gastos por Grupo de Natureza de Despesa



PROGRAMAS

Programa é um instrumento de organização da atuação governamental, que articula um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores, visando a solução de um problema, atendimento de necessidade ou demanda da sociedade, ou aproveitamento de oportunidade.

PROGRAMAS IMPLANTADOS

Programa	Implementação
315 – Defesa Sanitária Agropecuária	Realização de ações preventivas e também de inspeção e fiscalização direcionadas para manutenção da sanidade e bem-estar das populações animais e vegetais, bem como de seus produtos e subprodutos; para idoneidade dos insumos agropecuários; para garantia de aspectos higiênico-sanitários de segurança alimentar e preservação da saúde humana e do meio ambiente.

MONITORAMENTO DAS AÇÕES AO LONGO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Programa	Monitoramento
315 – Defesa Sanitária Agropecuária	<p>Defesa Sanitária Vegetal e Fiscalização de Insumos Agrícolas: Trabalho estratégico e sistemático de monitoramento, vigilância, inspeção e fiscalização da produção e do comércio de plantas, partes de vegetais ou produtos de origem vegetal veiculadores de pragas, que possam colocar em risco o patrimônio agrícola e a condição socioeconômica do Estado. Também realiza fiscalização dos estabelecimentos que comercializam e armazenam agrotóxicos, registro de estabelecimentos, cadastro de agrotóxicos, controle de qualidade de sementes e mudas, verificação de resíduos de agrotóxicos em produtos orgânicos e convencionais.</p> <p>Defesa Sanitária Animal: Desenvolvimento de ações de controle e combate às principais doenças que podem acometer os rebanhos catarinenses. Conta com dois laboratórios próprios de análises para detecção de doenças animais para os seguintes diagnósticos: exames de brucelose, raiva, tuberculose e anemia infecciosa equina.</p> <p>Inspeção de Produtos de Origem Animal: Serviços de inspeção de produtos de origem animal, com a finalidade de permitir a comercialização destes produtos entre municípios e garantir a qualidade dos produtos que chegam à nossa mesa. Permeando todas as atividades do programa está a Educação Sanitária Agropecuária, que é uma atividade estratégica, instrumento da defesa agropecuária, que visa garantir o comprometimento dos integrantes da cadeia produtiva e da sociedade em geral, com intuito de educar e desenvolver consciência crítica no público-alvo.</p> <p>Classificação de Produtos de Origem Vegetal: Serviços de classificação de produtos vegetais e seus subprodutos e resíduos de valor econômico, e auxílio à agroindústria familiar pela concessão do Selo de Conformidade Cidasc com a finalidade de atender a legislação e consequentemente o mercado consumidor, facilitando a comercialização, possibilitando a importação e exportação dos produtos dentro dos padrões oficiais. Permeando todas as atividades do programa está a Educação Sanitária Agropecuária, que é uma atividade estratégica, instrumento da defesa agropecuária, que visa garantir o comprometimento dos integrantes da cadeia produtiva e da sociedade em geral, com intuito de educar e desenvolver consciência crítica no público-alvo.</p>

RESULTADOS

Programa	Resultados
315 – Defesa Sanitária Agropecuária	Preservação da sanidade animal, vegetal, a idoneidade dos insumos agropecuários e aspectos higiênico-sanitários dos alimentos.

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Programa	Avaliação
315 – Defesa Sanitária Agropecuária	Certificações sanitárias de área/zona livre de doenças animais e pragas/doenças vegetais.

IMPACTOS CAUSADOS NA SOCIEDADE

Programa	Impactos
315 – Defesa Sanitária Agropecuária	Aumento de estabelecimentos legalizados com Selo de Inspeção Estadual (SIE), além de incrementar agroindústrias com SISBI e Selo ARTE, que propiciam atingir o público nacional com seus produtos, devido à maior padronização na conversão de esforços para inocuidade e segurança alimentar. Elevação no Índice de Conformidade das análises de resíduos de agrotóxicos em produtos de origem vegetal (hortaliças e frutas). Desenvolvimento de ações de controle e combate às principais doenças que podem acometer os rebanhos catarinenses.

Contingenciamento de despesas - Exercício 2021

Contingenciamento de despesas no Exercício 2021 (limitação de empenho - art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal) e suas razões, indicando os efeitos provocados na gestão orçamentária e as consequências sobre os resultados planejados.

Fonte de Recursos	Orçamento atualizado (R\$ mil)	Programação Financeira Liberada	Saldo Contingenciado
100000000	R\$ 220.657.707,00	R\$ 215.445.913,42	R\$ 5.211.793,58
101000000	R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00	
219000000	R\$ 3.357.400,00	R\$ 3.058.711,07	R\$ 298.688,93
240000000	R\$ 9.084.842,44	R\$ 9.092.189,42	-R\$ 7.346,98
260000000	R\$ 13.300,00	R\$ 2.235,86	R\$ 11.064,14
266000000	R\$ 817.066,13	R\$ 817.066,13	R\$ 0,00
269000000	R\$ 481.500,00	R\$ 753.002,50	-R\$ 271.502,50
280000000	R\$ 1.000,00		
285000001	R\$ 1.200,00		
298000000	R\$ 1.025.000,00		
300000000	R\$ 301.099,00		
619000000	R\$ 2.543.126,75	R\$ 2.543.126,75	
628000000	R\$ 203.683,46	R\$ 203.683,46	
640000000	R\$ 4.324.036,13	R\$ 4.429.299,29	-R\$ 105.263,16
660000000	R\$ 46.923,05	R\$ 46.923,05	
666000000	R\$ 73.226,00	R\$ 73.226,00	
669000000	R\$ 769.698,60	R\$ 769.698,60	
680000000	R\$ 2.622,12	R\$ 2.622,12	
685000001	R\$ 13.611,01	R\$ 13.611,01	
698000000	R\$ 2.242.308,43	R\$ 2.242.308,43	
7300000000	R\$ 1.856,80	R\$ 1.813,25	R\$ 43,55
7640000000	R\$ 109.305,19	R\$ 4.042,03	R\$ 105.263,16
TOTAL	R\$ 248.070.512,11	R\$ 241.499.472,39	R\$ 5.242.740,72

Razões para Contingenciamento

Em 21/01/2021 de janeiro de 2021, foi publicado o Decreto Estadual nº 1106, que trata da programação financeira e o cronograma de execução mensal do desembolso. Tal documento reflete o planejamento financeiro para o exercício de 2021, por meio do qual são fixadas as cotas mensais de programação financeira, correspondentes aos limites de empenhamento das unidades gestoras, fonte de recurso. A programação financeira é elaborada a partir de amplo estudo que considera, dentre outras variantes, a execução orçamentária ordinária das unidades gestoras em períodos anteriores, a tendência de comportamento da arrecadação, e o contexto econômico local, regional, nacional e mundial. Os valores financeiros referentes às fontes relacionadas a convênios com o Governo federal e de financiamentos são contingenciados na sua totalidade, e liberados no curso do ano na medida em que se verifica o ingresso dos recursos nas respectivas contas bancárias. Com relação ao contingenciamento da fonte 0.100, sobre a qual a Cidasc não tem ingerência direta pois é fonte de receita advinda do Tesouro Estadual, as razões se devem a decisões inerentes ao Governo do Estado. Nos quadros acima estão detalhados o Orçamento autorizado, a programação financeira liberada e o saldo contingenciado. Na sequência, os efeitos provocados pelo contingenciamento nos resultados planejados pela unidade jurisdicionada.

Efeitos Provocados

Não houve efeitos negativos na execução das atividades finalísticas da Cidasc com relação aos valores contingenciados. Apenas no tocante ao repasse da fonte 0.100, que houve o maior contingenciamento, a consequência direta é o aumento do comprometimento de fontes próprias para a execução das atividades, o que pode, a médio prazo, deixar a Cidasc em situação de zeramento de recursos próprios.

Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não apresentamos passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Não apresentamos restos a pagar por mais de um exercício financeiro.

ACOMPANHAMENTO FÍSICO FINANCEIRO



3. ACOMPANHAMENTO FÍSICO FINANCEIRO

Execução Física E Financeira Do Plano Plurianual Em 2021

Comparação das metas físicas e financeiras previstas e realizadas, em valores nominais e relativos, justificando as ações não realizadas ou realizadas parcialmente.

Objetos De Execução Atividades Executadas Em 2021

Subação	Objeto Execução	Produto	Unid. de Medida	PL Físico	Real. Físico	IE Físico	Planejado	Liquidado	IE Financeiro
1800	2020.01 - Fiscalização em estabelecimentos, auditorias, ações de combate à clandestinidade	Estabelecimento inspecionado	unidade	1.800,00	2.571,00	142,83%	759.600,00	151.927,32	20,00%
2216	2020.04 - Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Produto agrícola classificado	tonelada	330.000,00	248.677,00	75,36%	623.072,00	173.259,72	27,81%
2625	2020.03 - Fiscalização de unidades de produção, consolidação, monitoramento de pragas (inspeções), fiscalização do uso e do comércio de insumos agrícolas (agrotóxicos, sementes e mudas) e coletas de amostras	Estabelecimentos e propriedades fiscalizadas	unidade	6.000,00	7.724,00	128,73%	2.132.600,00	407.045,82	19,09%
2967	2020.02 – Fiscalização de propriedades rurais, eventos e trânsito de Animais e Prod de Origem Animal	Estabelecimentos e propriedades fiscalizadas	unidade	18.000,00	21.396,00	118,87%	3.741.600,00	3.734.432,53	99,81%
14841	2020.06 - Educação Sanitária para Ensino Fundamental	Aluno capacitado	unidade	2.500,00	964	38,56%	55.000,00	754,2	1,37%
14711	2020.05 - Educação Sanitária	Aluno capacitado	unidade	1.000,00	6.046,00	604,60%	76.000,00	5.927,46	7,80%

Fonte: SIGEF

GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA



CIDASC

Best Designer of 2005
Winner of Euro Design 2006
Best Creative Designer 2006
Winner - National Design Competition 2006
Winner Adobe Design Competition 2005

4. GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Composição Do Quadro De Servidores Ativos

Composição do quadro de servidores ativos	
TIPOLOGIA DOS CARGOS	QUANTITATIVO
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1.046
1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	951
1.2. Servidores de carreira vinculados a outro órgão	95
2. Servidores com Contratos Temporários	42
3. Servidores Terceirizados	113
Total de Servidores (1+2+3)	1.201

Quantificação do quadro de pessoal, segundo a idade		
IDADE	QUANTIDADE	%
Até 24 anos	0	0%
De 25 a 34 anos	83	8%
De 35 a 44 anos	476	46%
De 45 a 54 anos	271	26%
Mais de 55 anos	198	19%

Quantificação do quadro de pessoal, segundo a escolaridade		
ESCOLARIDADE	QUANTIDADE	%
Fundamental incompleto	25	1,9%
Fundamental completo	38	2,9%
Médio completo	390	30,1%
Superior incompleto	98	7,6%
Superior completo	610	47%
Especialização completa	94	7,3%
Mestrado completo	32	2,5%
Doutorado completo	9	0,7%

Quantificação do quadro de pessoal, segundo o gênero		
GÊNERO	QUANTIDADE	%
Feminino	353	34%
Masculino	693	66%

Distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim dos servidores de carreira, em contratos temporários e terceirizados		
ESCOLARIDADE	ÁREA MEIO	ÁREA FIM
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	170	948
1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	116	930
1.2. Servidores de carreira vinculados a outro órgão	55	18
2. Servidores com Contratos Temporários	0	43
3. Servidores Terceirizados	113	0
Total de Servidores (1+2+3)	284	991

Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da unidade	
CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS	QUANTITATIVO
1. Cargos em Comissão	5
1.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	3
1.2. Servidores vinculados a Outros Órgãos	0
1.3. Sem Vínculo	2
1.4. Aposentados	0
2. Funções Gratificadas (2.1 + 2.2)	74
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	74
2.2. Servidores de carreira vinculados a outros órgãos	0
Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	79

Quantificação do quadro de pessoal, segundo o tempo de serviço		
TEMPO DE SERVIÇO	QUANTIDADE	%
Até 5 anos	130	10,7%
De 6 a 10 anos	298	24,7%
De 11 a 15 anos	675	56%
De 16 a 20 anos	43	3,6%
De 21 a 25 anos	0	0%
Mais de 25 anos	60	5%

Política De Capacitação e Treinamento De Pessoal

A política de capacitação e treinamento de pessoal segue as orientações do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS), Plano Gerencial (PG) e estão alinhadas às Normas de Capacitação da Cidasc. A qualificação profissional dos empregados da Cidasc deve proporcionar a promoção do desenvolvimento pessoal, por meio de sua qualificação e aperfeiçoamento técnico. As ações de capacitação devem estar sintonizadas com a missão e os objetivos da Companhia, devendo ainda ser planejadas e implementadas de forma a atender as áreas meio e fim, contribuindo para a excelência da Companhia e acompanhando as modernizações e atualizações normativas e de processos. As Normas de Capacitação da Cidasc tem como objetivos gerais: elevar os níveis de qualidade e eficiência dos serviços prestados pela empresa, promover a valorização e o desenvolvimento profissional dos empregados, apoiar o planejamento e o desenvolvimento institucional, favorecendo o aprimoramento de competências individuais e coletivas, articular as políticas de qualificação profissional com os objetivos da empresa, integrar as necessidades individuais e organizacionais aos aspectos de qualificação e desenvolvimento de pessoas. As ações de capacitação podem gerar a pontuação na Avaliação da Maturidade Profissional do empregado ou a progressão de carreira, conforme o regramento específico

Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

O indicador utilizado atualmente pela empresa na Avaliação de Resultados é a participação de funcionários na área meio (número de funcionários na área meio/ número total de funcionários). O anexo III do PCCS – Avaliação de Resultado também considera indicadores de desempenho operacional do plano de trabalho.

Quadro de pessoal da unidade gestora – mensal – valores

Vínculo *	Despesa Mensal da Folha de Pagamento por Vínculo/Mês **												TOTAL
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público	8.546.251	7.951.733	7.850.598	7.595.303	7.656.953	7.905.507	7.719.419	10.039.553	9.539.668	9.626.409	11.429.121	13.566.170	111.426.685
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na Unidade Gestora com vínculo efetivo com o Ente	10.584	10.584	11.264	10.584	10.584	11.094	23.449	26.736	28.881	40.088	40.643	44.037	149.073
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Estado	2.940	2.940	2.940	2.940	2.940	2.940	3.528	3.528	3.528	3.528	3.528	3.528	38.808
Estagiários	17.749	17.784	17.090	19.508	17.192	20.430	20.106	21.657	23.7185	21.932	22.067	22.670	241.903
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo	4.018	4.018	4.018	4.018	4.018	4.018	4.018	4.284	4.284	4.284	5.005	5.716	51.699
Servidores cedidos para outras esferas de Governo	1.141.732	946.200	1.035.243	1.146.930	1.305.637	1.135.710	1.497.875	1.338.582	1.379.926	1.444.283	1.632.012	2.023.916	16.028.046
Jovem Aprendiz	27.526	27.792	27.123	32.501	26.690	22.916	29.655	24.157	22.592	21.218	22.910	25.690	310.770
Total	9.750.800	8.961.051	8.948.276	8.811.784	9.024.014	9.102.615	11.298.050	11.458.497	11.002.597	11.161.742	13.155.286	15.691.727	112.470.077

NOTAS: * Incluir apenas uma das opções de vínculo abaixo relacionadas para cada cargo, emprego ou função exercida pelo agente público, a qual deve corresponder à situação atual em que se encontre. Em caso de acumulação informar ambos cargos. ** Incluir a despesa anual da folha de pagamento bruta de todos os agentes públicos, por natureza do vínculo, cujo pagamento é de responsabilidade da Unidade Gestora. Incluir todas as verbas de caráter remuneratório e indenizatórios integrantes da folha de pagamento, bem como as contribuições recolhidas (patronal) pelo Ente à previdência social, abrangendo ainda, no caso de unidades gestoras do Estado, a previdência complementar SC PREV.

Quadro de pessoal da unidade gestora – mensal – quantidade

Vínculo *	Despesa Mensal da Folha de Pagamento por Vínculo/Mês **											
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Agentes Públicos Cíveis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Agentes Públicos Cíveis Ativos ocupantes de Emprego Público	953	954	954	954	954	951	948	945	943	940	940	940
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na Unidade Gestora com vínculo efetivo com o Ente	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Estado	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Estagiários	32	29	32	33	30	36	30	34	36	40	39	38
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13
Jovem Aprendiz	35	33	300	26	246	28	24	23	21	19	19	17
Servidores cedidos para outras esferas de Governo	91	90	94	94	94	93	92	91	91	91	92	92
Total	1129	1124	1128	1125	1120	1126	1113	1112	1110	1109	1109	1106

Fonte: Relatório SIGRH

Demonstrativo de postos de trabalho na unidade gestora por meio de contratos de terceirização de serviços

Discriminação dos Postos de Trabalho (por Categorias/ Funções) *	MÊS/QUANTIDADE												DESPESA LIQUIDADADA ANUAL
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
COPEIRA - 08 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
ENCARREGADO - 08 horas	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
DIGITADOR - 06 horas	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	
JARDINEIRO - 08 horas	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	
MOTORISTA - 08 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	3	
AUXILIAR ADMINISTRATIVO - 08 horas	28	28	28	28	28	28	28	28	26	26	27	28	
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 08 horas	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	
SERVENTE - 08 horas	34	34	34	34	34	32	33	33	33	32	32	32	
VIGILÂNCIA - 24 horas	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
Total	77	77	77	76	76	75	76	76	74	75	76	77	R\$3.506.075,18

NOTAS: * Refere-se à quantidade de Postos de Trabalho e não à quantidade de pessoas que ocupam esses postos. Exemplo: um posto de trabalho de vigilante poderá ser ocupado por mais de uma pessoa em função da jornada de trabalho, mas deve ser informado apenas como um posto. Deve ser informada a posição do último dia de cada mês. Deve ser informado os postos de trabalho por categoria/função (atividade contratada). Exemplo: recepcionista, digitador, servente, copeira etc. Na Despesa Liquidada Anual preencher o somatório das despesas do exercício de todos os postos, sendo facultativo o preenchimento do valor anual de cada posto.

Remuneração anual paga a membros de diretoria, conselho de administração, conselho fiscal da unidade gestora

Cargo	Remuneração/Jeton *	Bônus	Participação no Lucro	Outros	Despesa Total Anual **
Diretoria:	R\$ 722.950,10				R\$ 419.581,511
Presidente	R\$ 177.541,25	-	-	-	R\$ 117.787,10
Diretor (a) Administrativo e Financeiro	R\$ 138.420,17	-	-	-	R\$ 76.594,22
Diretor (a) de Defesa Agropecuária	R\$ 196.089,14	-	-	-	R\$ 112.915,03
Diretor (a) de Planejamento e Inovação	R\$ 71.848,54	-	-	-	R\$ 36.356,45
Diretor (a) Institucional	R\$ 139.051,00	-	-	-	R\$ 75.928,71
Conselho Fiscal:	R\$ 35.280,00				R\$ 33.986,40
Conselheiro (a)	R\$ 11.760,00				R\$ 11.760,00
Conselheiro (b)	R\$ 11.760,00				R\$ 11.760,00
Conselheiro (c)	R\$ 11.760,00				R\$ 10.466,40
Total	R\$ 758.230,109				R\$ 453.567,91

NOTAS: * Remuneração: Valor fixado em Assembleia Geral dos acionistas, para ser pago aos administradores e integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal (Art. 152 da Lei 6.404/1976).
 Jeton: Gratificação pela participação em reuniões de órgãos de deliberação coletiva da administração centralizada e autárquica, conforme definido em lei ou no estatuto do órgão ou entidade.
 ** Despesa Líquida Anual: Totalização do valor anual pago a administradores e membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, (deduzido eventuais descontos e tributos retidos).

GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA



5. GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

O Departamento Estadual de Gestão Patrimonial – DEPAT, unidade diretamente subordinada à Diretoria Administrativa e Financeira, é formado por 01 (uma) Divisão Estadual, a Divisão Estadual de Gestão do Suprimentos - DISUP e 03 (três) Supervisões Estaduais, a Supervisão Estadual de Gestão do Patrimônio – SEPAT, a Supervisão Estadual de Gestão de Veículos - SEVEI, a Supervisão Estadual de Gestão do Serviços, as quais são responsáveis por gerir a parte operacional da empresa, visando dar o suporte para que seja atingida a finalidade Cidasc.

Dentre as competências do DEPAT, cumpre ressaltar em sentido lato que auxiliamos na elaboração do Planejamento Anual, inserindo as atividades, metas e melhorias a serem implantadas no exercício seguinte, com a experiência dos dados em anos anteriores, elaboração de relatórios para Diretoria Executiva e demais Unidades Organizacionais, realização de reuniões cotidianas para aperfeiçoar o desenvolvimento do trabalho, supervisionar tecnicamente as atividades de sua competência, sugerir melhoria de procedimentos em consonância com as demais áreas da empresa e zelar pelos bens patrimoniais da Companhia.

Já as competências em sentido stricto, são relativos à gestão do patrimônio, projetos de engenharia, administração da frota de veículos e sistema de locomoção de pessoas, além da segurança, limpeza e manutenção do patrimônio, bem como os serviços de copa e gestão do contrato dos terceirizados no âmbito estadual. Importante ressaltar que obtivemos resultados positivos na realização de nova licitação para um de nossos contratos de terceirizados, havendo uma economia de 22%, bem como a implantação de um sistema de atendimento eletrônico na área de telefonia, eliminou a necessidade do contrato com as telefonistas, sem custos adicionais. Da mesma forma, foi implementado um programa de eficiência energética para substituição de todas as lâmpadas fluorescentes e incandescentes por led, a fim de diminuirmos os gastos com energia elétrica no Escritório Central.

Desta forma, é possível adotar medidas para eficiência da gestão pública, aprimorando a confecção de instruções de serviço e propostas instruções normativas referente ao nosso escopo de atuação, além de realizar o controle da utilização e despesas com veículos, controle dos contratos de terceirizados e demais termos firmados com outros entes públicos, controlando o seu prazo de vigência, avaliar a política de seguros veiculares em conjunto com a Diretoria, bem como controlar processo de sinistros.

Cabe destacar o exercício da função de preservação dos bens imóveis, os quais na região norte e no meio oeste do Estado foram bastante afetados pela passagem do ciclone bomba, sendo o departamento responsável pelo auxílio e restauração das unidades afetadas, a fim de que os serviços públicos fossem restabelecidos com a maior brevidade possível e os colaboradores pudessem executar suas atividades em local seguro.

Também cabe o controle do auditório da empresa, dando o suporte necessário para os eventos realizados. Além de promover e controlar os registros de imóveis, suas alterações, licenças, baixas, averbações, regularidade patrimonial, escrituras, regularidade tributária, cessões de uso, serviços cartorários e manter sob sua guarda os processos de sindicância patrimonial.

Bens Móveis

Em função de sua atuação em todo o território catarinense, distribuídas em seus 19 (dezenove) Escritórios Regionais, a Cidasc possui um número significativo de bens móveis, os quais possibilitam aos seus trabalhadores desempenharem suas atividades com excelência, a fim de que sejam mantidos e ampliados os Status Sanitários Vigentes, almejando continuar sendo reconhecida como a empresa de excelência em sanidade agropecuária.

Para mantermos a estrutura necessária para promoção da saúde pública, a Cidasc conta com uma frota de 637 (seiscentos e trinta e sete) veículos, sendo a quinta frota do Estado de Santa Catarina. Destes veículos, 123 (cento e vinte e três) se encontram em Convênios com outros Órgãos do Governo, principalmente com Prefeituras, as quais cedem servidores efetivos à Cidasc para auxiliar na execução de ações de Defesa Agropecuária, fazendo com que a capilarização dos serviços executados pela empresa seja manifestada nos 295 (duzentos e noventa e cinco) municípios que compõem o Estado Catarinense.

Bens Imóveis

A Cidasc possui 39 (trinta e nove) imóveis para abrigar suas necessidades, sendo 04 (quatro) em Florianópolis, 03 (três) no Departamento Regional de Caçador, 04 (quatro) no Departamento Regional de Campos Novos, 01 (um) no Departamento Regional de Canoinhas, 02 (dois) no Departamento Regional de Chapecó, 01 (um) no Departamento Regional de Concórdia, 03 (três) Departamento Regional de Criciúma, 01 (um) no Departamento Regional de Itajaí, 06 (seis) no Departamento Regional de Joinville, 01 (um) no Departamento Regional de Lages, 01 (um) no Departamento Regional de Mafra, 02 (dois) no Departamento Regional de Rio do Sul, 02 (dois) no Departamento Regional de São Joaquim, 01 (um) no Departamento Regional de São Lourenço do Oeste, 03 (três) no Departamento Regional de São Miguel do Oeste e 04 (quatro) no Departamento Regional de Tubarão.

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)



CIDASC

6. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Gestão Da Tecnologia Da Informação (TI)

O Departamento Estadual de Gestão da Tecnologia da Informação – DEGET é constituído por uma divisão e duas supervisões, que compreendem profissionais ligados às áreas de Tecnologia, Redes, Telecomunicações, Desenvolvimento de Sistemas e Suporte ao Usuário. O objetivo deste Relatório é demonstrar as atividades desenvolvidas pelo DEGET no período compreendido entre janeiro a dezembro de 2021, informando aos colaboradores desta Instituição, bem como à comunidade em geral, os resultados do trabalho desempenhado pelas equipes deste departamento, e, que, contribuem ativamente na melhoria da defesa agropecuária do Estado de Santa Catarina. Na sequência serão apresentados, de forma resumida, uma avaliação das atividades de maior relevância institucional realizadas por cada um dos setores deste departamento.

DEGET – Departamento Estadual De Gestão Da Tecnologia

O DEGET, na sua competência, durante o ano de 2021, manteve o constante aperfeiçoamento e correções do sistema de defesa agropecuária, SIGEN+ e a reativação do módulo de agrotóxicos.

No decorrer de 2021, foram atendidas diversas demandas de grande necessidade da Cidasc, podemos citar algumas como:

- **Migração dos servidores de banco de dados e aplicação para o datacenter do CIASC**, em meados de 04/2021 foi assinado com o CIASC um contrato de virtualização de servidores, em virtude da falta de investimento nos anos anteriores no Datacenter da Cidasc, possuímos servidores defasados e com falta de garantias e redundância. Este contrato foi celebrado com o intuito de migrar os serviços e banco de dados para uma estrutura com garantia de funcionamento. Em maio/2021 planejávamos e já estávamos ativando os servidores e serviços para a migração, quando na virada de mês maio/junho, o nosso servidor de banco de dados começou a apresentar falhas e precisamos realizar a migração urgente. Dentro do SIGEN+ está todo o controle de animal, vegetal e de fiscalizações, controle de agrotóxicos e demais serviços das áreas técnicas, é um serviço de suma importância para o Estado de Santa Catarina e para toda a cadeia produtiva do agronegócio catarinense, que com o empenho da equipe da DEGET foi concluído com sucesso. No anexo III está adicionado um breve e-mail a diretoria da época sobre as atividades executadas durante os dias da migração.
- **Migração de contratos da SEA (Fundo de Materiais) para Cidasc e atualização de contratos**, como:
 - **Contrato de telefonia móvel**, assinado em 06/2021, ativados 310 chips de dados 10Gb para todos colaboradores da área técnica que receberam os tablets e mais 120 celulares em comodato com chip de dados 10Gb e voz ilimitada. Fornecendo assim, 430 chips com acesso a internet aos colaboradores da Cidasc.
 - **Capilaridade**, assinado em 07/2021 processos emergenciais com as empresas OI e MHNET. Em 12/2021 assinado contrato com o CIASC, através da SAR para migração dos links da capilaridade para o GOVLINK.

- **Antenas via satélite**, assinado em 2020 e migração total finalizada em 02/2021.
- **Contrato de locação de impressoras**, assinado em 2020 e migração total finalizada em 01/2021.
- **Renovação contrato com o CIASC sobre e-mail**, mudando do pacote G-Suite para Google Workspace, com aumento de número de contas e funcionalidades. Para atendimento de todos colaboradores e áreas, com contas para áreas que possam criar e gravar reunião, ter mais espaço para armazenamento e funcionalidades.
- **Compra de 83 notebooks** para atendimento das DRs e áreas meio da central, iniciando um processo de renovação de parque de máquinas da Cidasc. Processo aditivado, totalizando a compra de 101 notebooks. Ainda em 2021 foram iniciados processos para duas licitações que totalizam 600 notebooks.
- **Processo para compra de itens de TI iniciado em 09/2021**, licitação para comprar itens como cabos de rede, fontes, teclados, mouses, discos de armazenamento, telefones, cabos de vídeo, adaptadores, switchs, fitas de backup, suportes e demais itens de consumo para manutenção de equipamentos de TI.
- **Projeto InovaDefesa, app/sistema Conecta.Cidasc e contratação da infraestrutura de servidores no CIASC**, contratação das máquinas realizada em 08/2021. O Projeto trata sobre o desenvolvimento de um app/sistema para utilização área técnica da empresa na otimização de atendimento aos produtores rurais do Estado, com otimização de formulários de campo, registros de atividades e integração com demais sistemas, inclusive com plano de trabalho. Facilitação de preenchimento e guarda de documentações de fiscalização em um banco de dados centralizado e utilização de tablets e impressoras térmicas nas fiscalizações e ações de campo, com o objetivo de otimizar o tempo dos técnicos.
- **Aquisição de novas licenças de Delphi**, realizada em 11/2021, se faz necessária a atualização da versão que possuíamos para a nova em virtude de novas funcionalidades e problemas que já vinham ocorrendo com a versão utilizada. Utilizávamos a versão 6, de 2001, e adquirimos a última versão em 2021. Utilizando a versão 6, este utiliza na parte da aplicação que roda no Servidor (COM+) já foi descontinuada e por diversas vezes houve problemas internos quando atualizado o sistema operacional do servidor. Em virtude destes problemas, algumas atualizações do Windows não eram realizadas, causando riscos de segurança para toda nossa estrutura. Também ficamos sujeitos a situação de repentinamente os mesmos pararem de funcionar, pois o COM+ não é mais atualizado e já foi substituído pela Microsoft.
- **Manutenção do gerador**, contrato anual assinado em 06/2021, para garantir o funcionamento de nosso gerador e assim poder suprir a necessidade do datacenter em caso de falta de energia externa, garantindo a entrega de nossos serviços ao público interno e externo.
- **Manutenção preventiva dos nobreaks do datacenter**, realizada em 2021 para garantir o funcionamento de nossos nobreaks e assim poder garantir e ininterrupta a estrutura do datacenter em caso de falta de energia externa até que o gerador possa assumir o fornecimento da energia, garantindo a entrega de nossos serviços ao público interno e externo.
- **Contrato de desenvolvimento**. Desde meados de dezembro de 2020 iniciou-se as prestações de serviço da empresa contratada para os LOTES I e III. Esta licitação de contratação de empresa de desenvolvimento, para suprir as demandas de manutenção dos sistemas administrativos, SIGEN+, BI e aplicativo. Abaixo está uma tabela com a demonstração do total utilizado, em USTs dos contratos em 2021. Estes são utilizados para manutenções e novos desenvolvimentos de

nossos sistemas administrativos e SIGEN+, além do BI.

- **Manutenção preventiva nos condicionadores de ar de precisão do Datacenter e a renovação da garantia das unidades de backup, firewall e switch core.**

USTs Lote 1 - C# e Delphi - 2021											
Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
331	324	357	519	473	554	485	535	699	527	736	544
Total de UST - 12 Meses			6084								
Total de UST - 12 Contrato			20000								
% do contrato utilizado			30,42%								

USTs Lote 3 - BI - 2021											
Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	117	0
Total de UST - 12 Meses			117								
Total de UST - 12 Contrato			2000								
% do contrato utilizado			5,85%								

- Com as propostas e processos executados, acima citados, a DEGET em 2021 trouxe melhorias nos sistemas criados e administrados por este Departamento, propôs e está em fase de desenvolvimento de novas melhorias e novas soluções. A proposta da DEGET, nas compras de equipamentos, desenvolvimento e melhorias oferecidas é sempre oferecer novas soluções para os serviços prestados internamente (aos empregados) ou externamente (a sociedade), atendendo na medida do possível, as demandas e expectativas internas e externas.

SETEL - Supervisão De Infraestrutura De Redes E Telecomunicações

Administração de servidores, aproximadamente 40 servidores entre físicos e virtuais. Administração da rede interna e toda a capilaridade, contendo 89 links próprios de capilaridade, aproximadamente 66 links compartilhados de titularidade da Epagri e 44 antenas via satélite. Administração da rede de telefonia IP. Administração e suporte de rede e telecomunicações em geral. Administração e controle de backup dos servidores. Controle de firewall. VPN. Backup de servidores e informações de banco de dados, servidor de arquivos e demais. Manutenção da telefonia VOIP. Atendimento aos mais de 1000 colaboradores da Cidasc nas demandas da área de redes.

No decorrer do ano de 2021, a Supervisão de Infraestrutura de Redes e Telecomunicações - SETEL executou a manutenção preventiva dos nobreaks do datacenter, e a troca do módulo de potência deste mesmo nobreak, que queimou, no intuito de garantir a disponibilidade e integridade dos servidores, em caso de falha no fornecimento de energia. Complementando essas atividades de manutenção preditiva, foi renovado também o contrato de manutenção do gerador de energia, para que o mesmo possa manter o fornecimento ininterrupto de energia elétrica, de maneira confiável e complementar ao nobreak, caso qualquer anomalia ocorra na rede externa proveniente da concessionária. Tais ações visam manter a disponibilidade e integridade do SIGEN+, e dos demais sistemas da Cidasc. Ainda em 2021 foram realizadas a manutenção preventiva nos condicionadores de ar de precisão do Datacenter e a renovação da garantia das unidades de backup, firewall e switch core.

DISIS - Divisão De Desenvolvimento De Sistemas

Administração de sistemas proprietários da Cidasc, neles estão os sistemas administrativos e SIGEN+, além de SITE e portal Cidasc. Administração dos bancos de dados relacionados aos sistemas da empresa. Administração de contrato de prestação de serviços de empresas de desenvolvimento.

Manutenção de todos os sistemas próprios da Cidasc, além de novos desenvolvimentos, atendimentos a produtores e agroindústrias. Controle de banco de dados. Além do controle do contrato de desenvolvimento, através de OS e acompanhamento diário das entregas e desenvolvimentos. Dentre os sistemas, podemos citar os sistemas SIGEN+, os sistemas administrativos e o InovaDefesa. O SIGEN+ é um sistema super robusto com todos os controles sanitários que garantem o status do Estado de Santa Catarina livre de diversas doenças animais e vegetais, como o status de “livre de febre aftosa sem vacinação”. Controles como: Controles de GTA, PTV, Agrotóxicos, Exames, controle de certificações, além do módulo do E-origem para controle de rastreabilidade vegetal (<http://www.cidasc.sc.gov.br/e-origem>). Este sistema conta com uma utilização de mais de 250 mil usuários, operados 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano. Este número de usuários cresce constantemente. O papel e a importância desses sistemas, que hoje representam um importante instrumento de planejamento, execução, acompanhamento e controle, cresceu tanto para a Cidasc e para o Estado de Santa Catarina que se tornou tênue a linha que os distingue de diversos procedimentos de trabalho propriamente ditos. Operando de forma integrada, estes sistemas apoiam a execução e o controle de atividades nas mais diversas áreas da Cidasc, promovendo a cooperação de trabalho, a troca de informações entre os setores, diminuindo o retrabalho, contribuindo para a melhoria contínua da gestão e operação da

Instituição. Todos sistemas administrativos são sistemas para os mais diversos serviços das áreas meio, utilizados para realizar todos os processos de RH, Pagamentos, Controles de Patrimônio e demais serviços. InovaDefesa é um novo Sistema/Aplicativo para automatização de atendimento no campo, com preenchimento de formulários dinâmicos e população de banco de dados de formulários que anteriormente eram preenchidos manualmente e lançados no SIGEN+.

Projetos/demandas atendidos para Diretoria de Defesa Agropecuária.

- Aplicativo SIGEN+, Atendimento inicial para DEDSA, DEINP e DEDEV - Constante manutenção e melhoria.
- Manutenção do site da Cidasc - Atualização das informações conforme demanda e manutenção constante da plataforma e tecnologias utilizadas.
- Manutenção do SIGEN+, com melhorias constantes conforme demanda da área técnica e normatizações internas/externas.
- Envio de dados PGA (Plataforma de Gestão Agropecuária) - Manutenção da funcionalidade e monitoramento dos envios. O estado de Santa Catarina mantém atualizados os dados solicitados pelo MAPA com envios periódicos.
- Webservice para acesso das agroindústrias - Manutenções efetuadas e monitoramento constante para o pleno funcionamento.
- Manutenção do ambiente de homologação e testes.
- Atendimento das solicitações de empresa conveniada (Relatórios, alterações no sistema, treinamento e BI)
- Projeto InovaDefesa, novo aplicativo em desenvolvimento, conforme demanda da área técnica.
- Desenvolvimento de BI para análise de dados, desenvolvidas telas e site para publicação e acesso.

Projetos/demandas atendidos para Diretoria Administrativa e Financeira.

- Manutenção e melhorias implementadas nos sistemas administrativos, decorrentes de alteração na legislação Trabalhistas/Tributárias nos âmbitos federal, estadual e municipal.
- Melhoria de sistemas administrativos conforme demanda da área respectiva.
- Correção e melhoria no sistema de avaliação de desempenho.
- Veículos, requisição sem papel.
- Contas a pagar, melhorias conforme solicitações da gestão do departamento para otimização das atividades.
- Implantação dos ofícios dentro do Integração, com automatização com whatsapp, permitindo o acesso, leitura e ciência do ofício via dispositivo móvel.
- Implantação de banco de parecer da DEJUR, dentro do PJUD.

Dados Estatísticos - Comparativo entre 2019, 2020 e 2021

	2019	2020	2021	Comparativo 2019/2020	Comparativo 2020/2021
E-relacionamento (chamado) finalizados	11.430	11.043	10.808	-3,39%	-2,13%
Total usuários Ativos	225.524	245.826	265.083	9,00%	7,83%
Usuários: Produtores	214.471	233.194	250.732	8,73%	7,52%
Usuários: Colaboradores	1.409	1.347	1.326	-4,40%	-1,56%
Usuários: Médico Veterinário	1.754	2.076	2.333	18,36%	12,38%
Usuários: Fiscal Federal	101	100	113	-0,99%	13,00%
Usuários: Agroindústria	1.046	1.477	1.627	41,20%	10,16%
Usuários: Apoio Agropecuário	511	585	673	14,48%	15,04%
Usuários: Outros	6.232	7.047	8.279	13,08%	17,48%
GTAs emitidas	1.343.857	1.351.418	1.412.242	0,56%	4,50%
UEPs Ativas	669.703	650.331	650.373	-2,89%	0,01%
Números de Atestados de exame PNCEBT registrados no SIGEN+	29.679	35.545	40.593	19,76%	14,20%
Números de outros Atestados de exame registrados no SIGEN+	111.988	57.910	80.199	-48,29%	38,49%
Números de PTVs emitidas	72.696	65.768	77.723	-9,53%	18,18%
Números de CFO's emitidos	39.334	35.528	35.036	-9,68%	-1,38%
Números de CFOCs emitidos	37.235	31.611	33.790	-15,10%	6,89%
Produtores primários que aderiram ao e-origem	2.168	1.034	867	-52,31%	-16,15%
Produtos cadastrados no e-origem	21	34	18	61,90%	-47,06%
Receituários Agronômicos emitidos	1.212.007	644.124	1.264.098	-46,85%	96,25%

Sesti – Supervisão De Suporte Em Tecnologia Da Informação

Atendimentos em todas demandas de suporte tecnológico da Cidasc, mais de 1000 colaboradores, mais de 150 escritórios, 19 DRs, aproximadamente 1600 computadores/notebooks, 255 impressoras, 310 tablets com chips de dados e 120 celulares com chips de dados e voz e Termos de Responsabilidade aos colaboradores que utilizam, controle de e-mails através do Google Workspace e SAU/CIASC, suporte em geral, compras e licitações de equipamentos e itens de TI com pareceres sobre os processos, pareceres gerais e Instruções de Serviço para melhoria de processos e procedimentos.

As atividades desempenhadas por esta supervisão visam manter a padronização e conformidade do parque tecnológico da Cidasc.

As atividades incluem manutenções preventivas nos equipamentos de propriedades da Cidasc, manutenções corretivas, auditorias de licenças e equipamentos, padronização dos softwares do parque, assim como análise técnica de editais de licitação e pareceres técnicos.

Esta supervisão também é responsável por:

- Gestão patrimonial do parque tecnológico, estabelecendo a logística de recebimento, remanejo e distribuição dos equipamentos de TI.
- Gestão dos e-mails (criação, inclusão nas listas, e redefinição de senha).
- Criação, gestão e exclusão de usuários, no AD, e-mail e sistemas.
- Concessão, remoção e manutenção das permissões sistemas administrativos, respeitando a cadeia hierárquica organizacional da Cidasc.
- Triagem dos bens patrimoniais de TI que são encaminhados para os leilões, assim como participa ativamente em conjunto com a Supervisão de Gestão Patrimonial, para o loteamento dos bens de TI considerados reutilizáveis.

LICITAÇÕES E CONTRATOS



CIDASC

7. LICITAÇÕES E CONTRATOS

Informações sobre licitações e contratos: a) informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação; b) indicação do órgão de imprensa oficial.

Valores Anuais De Licitações E Contratos Por Modalidade

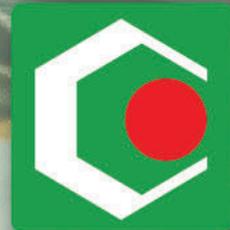
Modalidade/Forma	Despesa Liquidada Anual			Exercício: 2021
	Obras e Serviços de Engenharia (A)	Compras (B)	Contratação de Serviços (C)	Total Anual: (A + B + C)
Concorrência	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.269.229,46	R\$ 1.269.229,46
Pregão Presencial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Pregão Eletrônico	R\$ 0,00	R\$ 2.595.032,78	R\$ 4.812.941,87	R\$ 7.407.974,65
Dispensa de Licitação (Art. 24, I e II)	R\$ 0,00	R\$207.574,2064	R\$ 200.002,41	R\$ 407.576,62
Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses)*	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.797.484,84	R\$ 3.797.484,84
Inexigibilidade de Licitação	R\$ 0,00	R\$ 5.070,00	R\$ 174.867,26	R\$ 179.937,26
Regime Diferenciado de Contratação (RDC)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total	R\$ 0,00	R\$ 2.807.676,99	R\$10.254.525,84	R\$ 3.062.202,83

*locação de imóveis no valor de R\$ 356.054,28 já somado nos serviços (Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses))

Órgão De Imprensa Oficial

Indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina - DOE.

CONTROLE INTERNO



CIDASC

8. CONTROLE INTERNO

Informações sobre as recomendações expedidas pelo órgão de controle interno e as providências adotadas no exercício, demonstrando: a) recomendações expedidas no exercício; b) recomendações pendentes de atendimento e justificativas para

Recomendações Expedidas Em 2021

Descrição da recomendação	Providências adotadas	Setor responsável pela implementação	Síntese da providência adotada	Resultados obtidos
Implantação de sistema eletrônico para controle da jornada de trabalho (ponto)	Diretoria Administrativa e Financeira e Presidência	Iniciado processo de licitação para contratação da ferramenta tecnológica	Implantação de sistema eletrônico de controle de jornada de trabalho em andamento	Implantação de sistema eletrônico para controle da jornada de trabalho (ponto)
Adequação às regras da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13709/18	Presidência	Nomeação do encarregado da LGPD e política de proteção de dados elaborada	Processo da implantação da LGPD em andamento.	Adequação às regras da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13709/18
Contratação de empresa especializada em administração condominial, para prestação de serviço de síndico profissional para administração do Edifício Embaixador	Diretoria Administrativa e Financeira	Solicitado avaliação do Departamento Jurídico sobre a possibilidade de contratação de empresa especializada em administração condominial	Processo de contratação sendo avaliado	Contratação de empresa especializada em administração condominial, para prestação de serviço de síndico profissional para administração do Edifício Embaixador
Instalação de Câmeras de monitoramento em todos os postos fixos de fiscalização para segurança patrimonial e segurança pessoal.	Diretoria Administrativa e Financeira	Avaliação de modelos de contratação ou compra de sistema de monitoramento para os postos fixos de fiscalização	Avaliação em andamento	Instalação de Câmeras de monitoramento em todos os postos fixos de fiscalização para segurança patrimonial e segurança pessoal.

OUVIDORIA



9. OUVIDORIA

No ano de 2021 foram realizados os seguintes atendimentos através do canal de ouvidoria:

Tipo de Manifestação	Quantidade
Reclamações	28
Denúncias	15
Sugestões	2
Solicitações	354
Lei de Acesso à Informação	14
TOTAL	413



www.cidasc.sc.gov.br/



www.twitter.com/CidascOficial



ascom@cidasc.sc.gov.br



Cidasc - Defesa Agropecuária SC

<https://www.youtube.com/c/AscomCidasc>



www.facebook.com/cidasc.ascom



www.issuu.com/cidasc



www.instagram.com/cidascoficial



<https://soundcloud.com/cidasc>